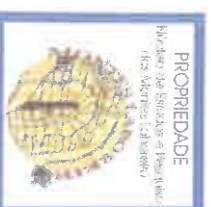


Porto dos Cavaleiros

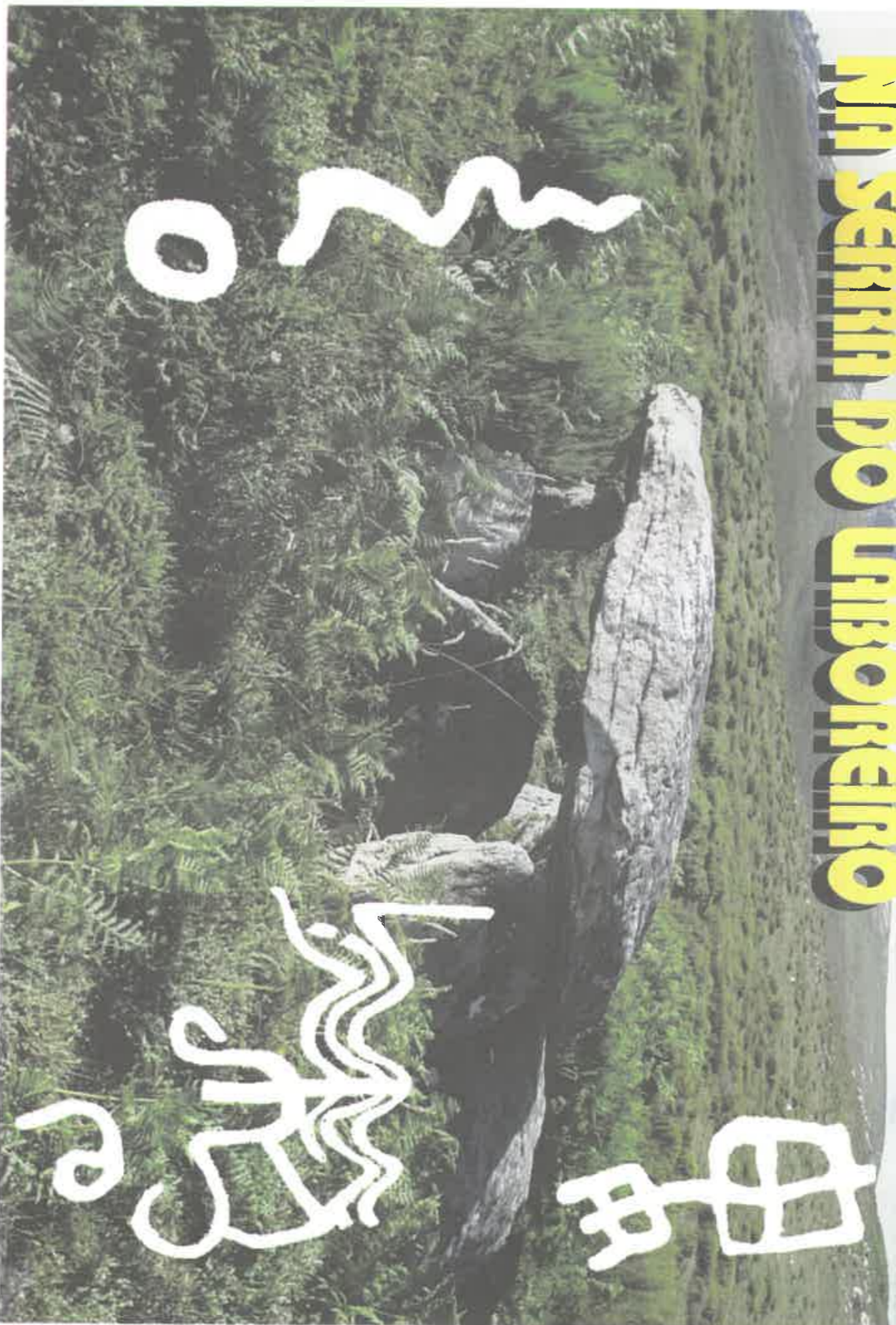
Directores: José Domingues e Américo Rodrigues

Castro Laboreiro e Lamas de Moura



Preço: 1€

MEGALITISMO E ARTE RUPESTRE NA SERRA DO LABOREIRO



3º Congresso de Historia Local

“Os vivos continuam a ser, e cada vez mais, governados pelos mortos”

— por isso, o Núcleo de Estudos e Pesquisa dos Montes Laboreiro preparou o

3.º Congresso de História Local (a realizar no próximo dia 14 de Agosto, às 14:30 no lugar da Vila, em Castro Laboreiro)

3º Congresso de Historia Local: “onde o lusitano se diferencia do galego por uma mera linha imaginária, pode ser um dos mais interessantes santuários da Península Ibérica, que abriu, durante milénios, uma inter-acção perfeita entre Homem e Meio Ambiente.”

Pág. 1

em redor das tuulbas e outros vestígios deixados pelos nossos antepassados há muitos milhares de anos.

Os sinais pré-históricos das grandes pedras continuam envolvidos num significado enigmático, que os furiosos avan-

MEMORIA DA GUERRA CIVIL NO NORTE DE PORTUGAL: “Em realidade, até o final da década dos quarenta a presença de fuxidos espanhóis nas serras ao redor de Castro Laboreiro é moi evidente.”

Pág. 9

ços da ciência ainda não conseguiram perscrutar completamente. De qualquer forma, o propósito deste Congresso é, sobretudo, o de divulgar o conhecimento, apanágio de um rescrito punhado de académicos, sobre o *Conjunto Megalítico* (do Grego *me-gas* = «grande» + *lithos* = «pedra»), que as comunidades locais, e público em geral, identi-

ENTREVISTA A MANUEL DOMINGUES: “as dias coisas que mais marcaram a minha vida, e com as quais sempre me encontrei, foram aquelas em que não tive qualquer intervenção na sua escolha: a minha mãe e a minha terra.”

Pág. 4

cam desde que foi colocada uma placa de sinalização no cruzamento do Porto Ribeiro, em Lamas de Moura, e outra no lugar de Portelinha, em Castro Laboreiro. Mas será que alguém entende, verdadeiramente, o seu sentido, alcance e valor patrimonial? Quantos sabem que no planalto ibérico do

Continua na pág. 11

A LEVADA DE CORVEIRA: “foi um casal de mouros que o construiu. Foram gas-tas treze libras de ouro, que fora o acordado. Como ficaram muito satisfeitos ainda lhe ofereceram um pão e um presunto.”

Pág. 12

Espaço aberto

A LAMAS DE MOURO E CASTRO LABOREIRO

Nós somos alunos do 4º ano, da escola EBI de Melgaço Na disciplina de "Área de Projecto" fizemos um livro com aspectos relevantes das 18 freguesias do concelho de Melgaço. Um dos termos do citado livro era fazer quadras a todas as freguesias. Como o vosso jornal engloba as freguesias de Lamas de Mouro e Castro Laboreiro, resolvemos seleccionar as quadras alusivas a essas freguesias que passamos a citar:

Lamas de Mouro
Do Lagarto até à Matança
Ali se cria muito louro
Todo ele sem esperança

Hugo

Eu sou de Lamas de Mouro
E adoro o meu Manel
E lá tenho um tesouro
De batatas e de Mel

Tiago Meleiro

É aqui onde começa
O Parque Peneda – Gerês
Uma linda reserva natural
Que interessa a todo português

Cláudio Araújo

Se a S. de Moures fores
O P.N.P.G vai visitar
Tanto de Verão, como Inverno
É um lugar bonito de observar

Joana

Faz parte do parque nacional
E tem parque de campismo
Lá nasce o rio Mouro
É apropriada ao turismo

Mariana Alves

Lamas de Mouro verdejante
Cavalos, ovelhas, anhos
Freguesia de emigrantes
Só se vêem de ano a ano

Sara Vieira

O meu pai nasceu
No lugar do Outeiro
A mim me convenceu
A gostar de Castro Laboreiro

Hugo

Freguesia de Castro Laboreiro
Bem a Norte de Portugal
Sou vila e sede de concelho
Com alcaide e tribunal

Susana

Tem Verandas e inverneira
Muita riqueza cultural
E até o seu funeiro
É dos melhores de Portugal

Mariana Alves

Foi lá no alto da Serra
Onde eu já vi nevar
Que o cão de Castro Laboreiro
Ajuda o rebanho a guardar

Cláudio Araújo

Começa no Ribeiro
A terra encantada
Daí até ao Rodeiro
Passando pela Entralada

Hugo

Terra leal.
As tradições
São sempre um elogio
Eu sou de Castro Laboreiro
Sou da terra do frio

Susana

Lá em Castro Laboreiro
Cada família tem duas casas
Uma fica na inverneira
E outra lá nas Verandas

Mariana Cardoso

Queridos Amiguinhos, a equipa do Porto dos Cavaleiros ficou emocionada com as vossas quadras e só lhe resta consignar os mais sinceros agradecimentos ao vosso empenho e colaboração, desejando-vos o maior êxito para o futuro e nunca deixem de escrever sobre a vossa/nossa Terra Natal.

Brevves

Festa cultural no dia 14 e 15 de Agosto em Castro Laboreiro



No passado dia 15 de Maio foram inauguradas, com a presença do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, Paulo Taveira de Sousa, as seguintes infra-estruturas:

- Porta de Lamas de Mouro.
- Espaço de Lazer do Campo das Velgas (Castro Laboreiro).
- Centro de Informação de Castro Laboreiro.
- Centro Cívico de Castro Laboreiro
- Núcleo Museológico de Castro Laboreiro.

O evento cultural deste ano decorre durante dois dias com a seguinte agenda: Feira mostra de produtos típicos; Lançamento de livros de autores locais e 3º Congresso de História Local com organização do NIEP dos Montes Laboreiro; Concurso tradicional do cão de Castro Laboreiro, organizado pelo CPC e pelo clube do cão de CL; Danças e cantas

res, desfile de trajes tradicionais, carpeada Crasteja, fornada de pão a cozer no forno comunitário do lugar da Vila e gastro-nomia típica, a cargo do grupo etnográfico de Castro Laboreiro; Baile típico.

Apoio da Junta de Freguesia de Castro Laboreiro e do CSC de CL.

Castro Laboreiro na homenagem ao poeta Pedro Homem de Melo

No dia 5 de Junho de 2004 deslocoo-se uma "embaixada" Crasteja ao casino affifense, em Affife, para participar no ciclo de comemorações do centenário do nascimento do poeta, ensaísta e folclorista Pedro Homem de Melo. "A embaixada" foi constituída pelas seguintes pessoas: Armandina Fernandes da Vila, as duas filhas, a Andreia e a Ana, o tio Abel Alves da Seara, a esposa, Palmira Alves e a neta Mariana Alves; Albertino Domingues e a tia Braselina (esposa) e a tia Olinda de Queimadelo;

loio), tendo ainda feito a viagem de mula de Lamas para Castro. E quem encontrou na Vila e lhe tocou o dito fandango? O tio Germano Fernandes, avô da Armandina de Fátima Fernandes. Nesta noite de 5 de Junho de 2004, quem tocou o dito fandango, foi o tio Abel da Seara e subiram ao palco nela e bisnetas do tio Germano como homenagem ao avô e ao poeta também já falecido.

Pedro Homem de Melo veio a Castro Laboreiro para ouvir o fandango de roda (o nosso sa-

Brevemente o Nosso Jornal fará uma reportagem mais alargada sobre a viagem deste homem à nossa terra.

<p><i>Publicidade</i></p> <p>Construções Domingues</p> <p>Compra e Venda de Apartamentos</p> <p>Telm: 936 510 857 Teif: 251 403 433 Vila - 4960 Melgaço</p>	<p>PICCO +</p> <p>De: Castro Afonso & Gonçalves, Lda</p> <p>DIVISÓRIAS TECTOS FALSOS ISOLAMENTOS</p> <p>Tlf: 251 666 760 Tms: 966 659 403 / 962 390 763 / 934 899 419 Cruzeiro - Abedim 4950-010 Monção</p>	<p>TALLERES DE REPARACIONES</p> <p><i>José Benito Torres Delgado</i></p> <p>Teléfono 0034 988 434661 32860 ENTRIMO (Ourense)</p>	<p>Supermercados Domingues</p> <p>Loja Nova - 4960/558 Melgaço Telf.: 241 402 419</p>
---	---	---	--

RECUPERAÇÃO DAS ALMINHAS DO BOQUEIRO

A pedido de alguns moradores do lugar do Outeiro, Adofreire e Queimadelo, a Junta de Freguesia de Castro Laboreiro vai recuperar as

alminhas do Boqueiro, junto ao lugar de Adofreire. O pedido foi feito vai para 2 anos e foi logo apoiado pelo Presidente da Junta, que até se deslocou ao local comigo e que me disse já ter recuperado também as de Formaiço, a pedido de um morador. No entanto no último ano e porque se vai fazer o alargamento da canjeia do Outeiro ou quingosta do Outeiro, decidiu-se fazer tudo ao mesmo tempo: alargamento do caminho e recuperação das alminhas. Percepo que será uma questão de tempo e de verbas. O conjunto em questão, constituído por várias pedras, algumas trabalha-

ras, levadas, etc, devia ser considerado de interesse local e preservado. É uma riqueza totalmente ignorada.

Algumas das recuperações feitas (sem saber eu quem é o responsável ou responsáveis, nem interessa aqui para o caso), poucas, com toda a sinceridade, penso que não foram recuperados com a atenção devida. Dou como exemplo o forno do lugar da Seara e o do lugar das Coriscadas. As pedras seculares que abrigaram gerações de *Crasífejos*, foram cobertas com camadas de cimento. Posso falar também da ponte velha do lugar da Açoreira, recuperada com uso de cimento corrente e de uma pedra totalmente descaracterizada do conjunto.

Estes trabalhos devem ser feitos com orientação de pro-



Forno das Coriscadas



Ponte Velha da Açoreira

das, foi arrasado quando passou a estrada para o Rodeiro, vai para 50 anos e foi totalmente ignorado até aos dias de hoje. Eram e são (as pedras continuam lá), somente as maiores alminhas de Castro Laboreiro. Aqui passavam inúmeros galgos a cumprir promessa em direcção à Senhora da Peneda, vindos dos lugares Nordeste da nossa freguesia, deixando sempre uns tostões.

Deixo aqui o meu alerta para outros conjuntos de alminhas que também deviam ser recuperados, por toda a freguesia. O património local tal como alminhas, fornos, moinhos, ei-

fissionais e materiais adequados e não de meros curiosos. As pessoas continuam a pensar que o progresso é cimento e alcatrão. Estão totalmente enganadas. Se em tempos estragamos muita coisa devido à necessidade, à falta de meios, à falta de apoio das instituições governamentais, à ignorância, hoje em dia tudo isso não faz sentido. Não temos as necessidades de outrora, temos conhecimento, meios e materiais para preservar e valorizar este magnífico património, mantendo toda a sua riqueza cultural.

Américo Rodrigues do Outeiro

ESCULTURAS OU TALLAS EM MADEIRA DE JESÚS "DA EIRA"



No dia 16 de Agosto de 2003, o Núcleo de Estudos e Pesquisa dos Montes Laboreiro, no 2º Congresso de História Local, realizado no lugar da Vila de Castro Laboreiro, promoveu ao público uma exposição de Esculturas em Madeira. A mostra contou com 30 peças esculpidas em madeiras da nossa terra.

Várias pessoas, perante a originalidade das peças queriam saber mais sobre o autor. É daqui? Como aprendeu e começou a fazer isto? Vende? Tem mais?

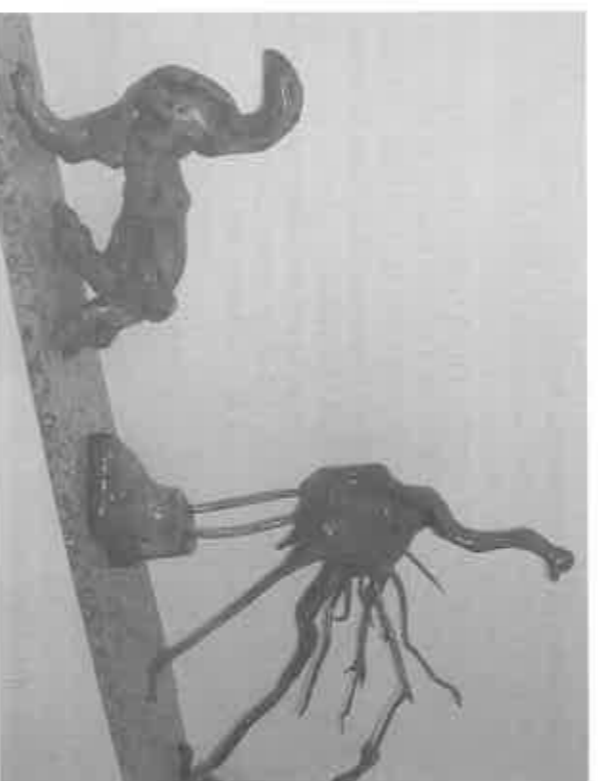
No lugar de Terrachan, Entrimo, terra nossa vizinha, vive o referido escultor popular de nome, Jesús Gonzalez "Da Eira". Jesús não sabe de onde lhe bem este jeito. Nuca conheceu ninguém na sua terra que fizesse isto. Quando criança, já tinha esse gosto. Barro recolhido de uma barroca ou uma navalha e algumas raízes eram suficientes para que o artista produzisse alguns bonecos de barro ou madeira.

Todas as esculturas de Jesús, são feitas em madeira, de árvores autóctones: carvalho, amieiro, vido, castanheiro, uzeira, queiroga, etc. O artista aproveitava para os seus trabalhos raízes

e bocados de madeiras recolhidas pelos nossos montes. Muitas vezes vai para o monte passear e volta com a mala do carro cheia de raízes. As esculturas aparecem das vivências do autor, mas a maior parte das vezes a inspiração vem das próprias árvores: "Às vezes a natureza já te dá a escultura. Um galho torto ou uma raiz rachada podem se transformar em cabeças de carneiros, águias, cisnes, lontras, patos, homens, bailarinas, etc. Só é preciso

tempo. Hoje em dia é Varçador da Cultura do Concelho de Entrimo e muito do seu tempo livre é para fazer algumas criações maravilhosas. A sua casa começa a ser pequena para tanta criação. Sonha criar um pequeno museu para um dia perpetuar a obra.

Para os interessados, os dias de exposição são aos fins de semana e feriados na Rua Miguel de Cervantes nº11 - Entrimo (Ourense). Tel 988434954 (Espanha)



imaginar", afirma Jesús Da Eira.

Nasceu em Ferreiros - Entrimo em 1.06.1936. Aos 18 anos foi para Orense fazer a tropa. Aos 23 fez a viagem para a França. Aos 36 regressou à Espanha, Madrid onde permaneceu com a sua família e trabalhou até aos 62 anos. Nestes anos todos nunca trabalhou a madeira. Muitas vezes pensou que regressado à sua terra o faria. Já reformado voltou às origens e aí realizou um dos seus desejos, trabalhar novamente a madeira como passa-

Núcleo de Estudos e pesquisa dos Montes Laboreiro
José Domingues / Américo Rodrigues
monteslaboreiro@hotmail.com



Publicidade

Hotel - Restaurante - Discoteca

Dan Pepe

João Gonçalves Sousa
Isabel Pérez Alvarez

Avda. Santa Maria la Real, 44
32860 EN RINCO (Ourense)
Tel.: 0034 988 934 615 - Fax.: 0034 988 934 782
Mobil.: 0034 629 269 891

Amobélio Rodrigues & Fernandes, Lda

Compra, Venda e Permuta de Apartamentos e Lojas

R. Pedro António J. Barreiros Nº16 3º Esq. 4700 Braga
Tlm.: 96.301.269.3

Joel Conde & Fernandes, Lda

CONSTRUÇÃO CIVIL URBANIZAÇÕES

R. do Calres, 305 1ª Sala 13 4700-206 Braga
Tlm.: 914765665

Isolamentos Araújo

De: Aniceto Gomes Araújo

Marquise em alumínio
Estruturas metálicas
Tectos Falsos
Isolamentos
Coberturas

Tlf. 253 952 179 - Tlm. 962 661 465
Lugar da boíla, sequelide - 4750 Barcelos

ENTREVISTA A MANUEL DOMINGUES

Vai para 3 anos, conheci o Dr. Manuel Domingues em Várzea Travessa, apesar de já ter ouvido falar dele várias vezes. Apesar da diferença de idades, a empatia foi imediata. Fiquei impressionado com o sentir crastejo que lhe ia na alma. É conhecedor e reconhecia as dificuldades porque passaram gerações de *crastejos*. Apontava os nossos defeitos e as nossas virtudes. Defendia uma cultura e uma forma de estar que é só nossa, não negando nada. Apontava portmores da sua infância como se tivéssem acontecido ontem. Havia sentir e saudade na sua voz. Notava-se que vivia com a nossa terra uma paixão eterna. Havia romanismo e realidade nas suas ideias. Portava-se como antigamente, no tempo em que era suposto um *crastejo* comportar-se com humildade, honestidade, vergonha, solidariedade, lealdade e honra.

Dáí ficou o contacto e neste ano, mais precisamente no fim de Junho de 2004, eu e o José Domingues tivemos o prazer de com ele conviver durante dois dias inesquecíveis, tendo-lhe feito o convite para esta entrevista, ou seja, uma viagem ao passado, às gentes destas terras altas, à sua forma de viver e de sentir, à solidariedade, às transformações sociais, ao fim de um ciclo, a uma forma de vida que esta prestes a acabar, a uma cultura que acaba... ficando muito por dizer.

Para um melhor conhecimento do entrevistado, por parte dos leitores e para perceber como se pode nascer "*porrida da corte do gando*", sair do quase analfabetismo de dezenas de gerações anteriores e conseguir chegar a cargos importantes que podem mudar a vida de muitas pessoas ou até de um país, tudo devido ao querer, ao acreditar, aos estudos, aos livros, ao saber, à inteligência existente e despertada, para isso publicamos um breve resumo do seu extenso Curriculum Vitae.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS: Licenciado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Curso de pós-graduação em Desenvolvimento Económico como boiseiro do Governo Francês, da Universidade de Paris. Curso de pós graduação em Gestão Financeira.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR: Planeamento Regional (França e Itália) 1 Semestre; Curso de Dirigentes da Administração Pública (INA – Lisboa) 1 ano lectivo; Planeamento a Médio e Longo Prazo (E.U.A. e Reino Unido); Gestão por Objectivos (Suécia e Reino Unido) – 3 meses; Curso de Auditor de Defesa Nacional (IDN-Lisboa) -1 ano lectivo;

CARGOS E LOCAIS DE TRABALHO: 1985-1993; Secretário-Geral do Ministério da Agricultura; 1993-1996: Secretário geral da TAP com funções de Direcção Geral; Docente Universitário; Vários cargos de chefia em instituições como: SECEL, UNICER, NORMA, Inst. de seguros, IMPÉRIO; actual PORTUGEL; DG Contribuições e Impostos, CTT, M. do Ultramar, M. da Educação Nacional, etc; e em organizações como: UNESCO; NATO, CEE.

PUBLICAÇÕES: Vários artigos e trabalhos publicados no domínio de: Planeamento e Gestão por Objectivos; Modernização Administrativa; Sistemas de Informação; Monografias Económicas; Guias de Investimento; Guerra do Ultramar – Guiné.



Manuel Domingues aos 6 anos

PC - Sabemos que embora nascido em Castro Laboreiro, teve de abandonar a terra natal muito cedo. Onde passou a sua infância castreja?

MD – De facto nasci no início da década de quarenta no Lugar de Várzea Travessa. O meu pai era das Cortiscadas, da família dos cordas e corujos, a minha mãe de Várzea Travessa da família mourans e foloeiros. A seguir ao casamento, os meus pais ficaram a viver junto dos avós maternos, em V. Travessa. Como ainda não havia partilhas o meu avô cedeu à filha algumas terras para cultivar, e uma casa. Pouco tempo antes de eu nascer morreu o meu avô paterno e, quando tinha alguns meses, a minha avó paterna. Os sete irmãos procederam à divisão dos bens, tendo o meu pai ficado com a casa, depois de comprar a parte dos restantes.

Acabamos por ir viver para as Cortiscadas. Nessa altura tinha cerca de três anos de idade, e es-

normalmente de noite, para reabastecer-se ou levar novas ferramentas. Apesar de tudo ganharam bastante dinheiro, até a guerra acabar e o volfrâmio, progressivamente, perder interesse, porque já não havia procura.

Terminada a guerra e o ciclo do *minerio*, os castrejos iniciaram a saga da emigração *a salto* para França. O meu pai foi dos primeiros a tentar, porque já tinha dois irmãos emigrados antes do início da guerra, e ainda dispunha de algum dinheiro amalhado na campanha do volfrâmio, considerado suficiente para contratar os serviços de um passador. Mas as coisas complicaram-se quando na primeira tentativa foi preso e na segunda faltou. Finalmente à terceira foi de vez e conseguiu juntar-se aos dois irmãos. Entretanto para complicar mais a situação, o Estado, sem consultar as populações decide florestar os baldios, privando os castrejos das melhores pastagens. O número de animais foi diminuindo e ainda ficou pouca mais a emigração.

PC – Como era o ambiente que rodeava a criança em Castro Laboreiro nos anos cinquenta?

MD – A minha mãe, como todas as outras, era o pilar da família. Educava os filhos, zelava pelas coisas da casa e cuidava da lavoura devido às ausências frequentes do meu pai, emigrado. Como não tinha mais irmãos, depois da morte da minha irmã, desde muito cedo tive de ajudar nas tarefas do dia a dia.

Neste contexto as mães, para educarem os filhos, socorriam-se das normas e regras tradicionais apelativas da responsabilidade, da entregajuda, do trabalho e respeito pelos outros, sobretudo pelos mais velhos, bem como pela prioridade alheia.

Estes atributos eram determinantes na formação da nossa personalidade. Habitados a vencermos dificuldades, a dar importância e valor ao trabalho e às coisas obtidas por seu intermédio, e a respeitar os outros, ia-se formando um carácter forte, independente e solidário, características dominantes dos castrejos.

Os comportamentos fora daquelas parâmetros, ou o desrepeito pelas normas aplicáveis à

convivência entre os vizinhos, originavam uma censura colectiva podendo conduzir ao isolamento, e transmitir-se à família.

O elemento fundamental da convivência entre vizinhos era baseado na partilha de equipamentos e bens comuns, como o forno, a eira, os baldios e a água, para consumo e rega.

Outro factor vital era o desenvolvimento e prática da entreajuda desde o nascimento até à morte, passando pela doença, casamento, construção da casa, trabalhos agrícolas, guarda dos rebanhos e empréstimos e até nos aspectos lúdicos como bailes e festas a cooperação era requerida. A ajuda pagava-se com ajuda e assim o dinheiro apenas era utilizado para a contratação de serviços a pessoas do exterior.

A vida das crianças, e dos adultos, decorria fundamentalmente em torno do lugar.



Manuel Domingues com a mãe e vizinhas 1947

As crianças raramente conheciam outra realidade além do lugar, e quando muito da freguesia, a não ser através das aventuras e desgostas contadas pelos mais velhos nas suas andanças pelo mundo.

De facto a freguesia de Castro Laboreiro encontrava-se isolada. Uma deslocação à sede de concelho implicava percorrer uma vintena quilómetros de caminhos íngremes, a pé ou de mula. Geralmente essas viagens eram sempre feitas nos dias grandes e em grupo. A minha primeira deslocação

Publicidade



fumeiro
Laboreiro

Edmundo Teixeira Marques
Vila 1900-066 251 465 123 101n 93 647 83 6
lbo@fumeiro.netinho.com



Paulo Meleiro
CONFÉCIO DE ELECTRODOMÉSTICOS, LDA

INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS
ELECTRODOMÉSTICOS
REPARAÇÕES

Tel.: 251 404 821 Tlm. 934 527 171
Rua Fonte da Vila, Nº 88 4960-565 MELGAÇO



MIRRACASTRO

1964 - 251 440 0208
Fax: 251 440 029

Albergaria - Restaurante - Cafeteria



4960 - Vila Comto Laboreiro

Materialis de Construção
Marques & Vidal, Lda.



Mosaicos - Azulejos - Louças e Móveis WC
Tubos - Acessórios - Tintas

Tel./Fax: 251 403 604

Rua Rio do Porto
4960-568 Melgaço

PC – Porquê a Póvoa de Varzim, alguma razão especial?

MD – A escolha da Póvoa deveu-se ao facto de a minha mãe não querer mandar-me sozinho para um sítio desconhecido. Além de ter apenas 12 anos nunca tinha saído de Castro! Dois parentes meus da Vila andavam no Seminário em Braga, mas para mim o Seminário estava fora de questão. Por isso a minha mãe resolveu aconselhar-se com o Oliveiros, nosso vizinho mais velho e que era o primeiro castrejo a prosseguir os estudos fora do Seminário, seguido do irmão Artur, exactamente na Póvoa de Varzim. Disse à minha mãe que me ajudaria e por essa razão fui para a Póvoa com eles e passei a fazer parte do primeiro núcleo de rapazes estudantes de Castro que não passaram pelo Seminário.

Esta decisão implicou maiores sacrifícios para os meus pais, pois além das viagens, livros e próprias havia as despesas em roupa e sobretudo no alojamento, a componente mais cara.

Terminado o Liceu acabei por me decidir a frequentar o actual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Quando estava a terminar o Curso é-me oferecida uma bolsa de estudos para fazer uma pós graduação em França, possibilitando-me também um

contexto da escolarização da população castreja, que na minha opinião constitui um dos aspectos mais interessantes da evolução da nossa comunidade. Deve registar-se que a sociedade rural castreja desde muito cedo se apercebeu dos benefícios da educação, como forma de melhoria as condições de vida. Basta referir os esforços colectivos para reforçar a rede de escolas, à sua própria custa, perante o desinteresse do Estado Novo. Contrariamente a outras sociedades rurais os castrejos disponibilizavam as crianças para frequentarem a escola primária, apesar de tal se traduzir num esforço adicional dada a escassez de mão-de-obra. A continuação dos estudos era encarada como uma possibilidade de proporcionar melhor futuro aos filhos e logo que a melhoria das condições económicas o permitiu, passou a constituir a principal preocupação dos pais.

Antes do grande fluxo migratório a continuação dos estudos era fundamentalmente levada a efeito nos seminários por razões de ordem económica e de receio dos pais em lançarem os filhos completamente desamparados num meio desconhecido que implicava receios de “petição”, que a experiência demonstrou terem cabimento.



Manuel Domingues em Castro 2004

outro curso na Sorbonne, em Paris, e a possibilidade de ser o primeiro castrejo da minha geração a entrar em França pela porta grande!

PC – Manuel, no seu tempo, quando concorreu à Universidade, tem memória das pessoas de Castro que estavam no ensino superior ou já formadas?

MD – A resposta a esta pergunta tem de ser enquadrada no

cundário fora do Seminário. Apesar de não ter sido precedido de duas ou três raparigas, destinadas a serem professoras primárias e de dois vizinhos, cujos pais dispunham de maiores posses e não emigraram.

Quando ingressei na Universidade já havia dezenas de jovens frequentando o ensino secundário fora dos seminários. O meu ingresso aconteceu ao mesmo tempo do de outros dois castrejos, por sinal meus parentes, oriundos do Seminário. Em 1960 apenas dois irmãos, meus vizinhos das Coriscadas, frequentavam a Universidade, sem terem passado pelo Seminário. Eu era o terceiro.

Assim, nessa altura a população universitária de castrejos resumia-se a 5 elementos, não existindo ainda nenhum licenciado.

PC – Manuel, quando acabou o curso, estamos a falar de um período em que a Guerra Colonial estava no auge e a gente nova “tinhas deveres” com a pátria. Como resolveu esse problema?

MD – A guerra já se estendia pelas três frentes, Guiné, Angola e Moçambique e eram necessários todos os jovens para a alimentar. Eu tinha sido apurado para todo o serviço militar, mas pedira adiamento por causa dos estudos, o que era normal. Quando estes terminassem, ou se chumbasse um ano, seguia-se a incorporação. Uma vez obtida a bolsa de estudos, iniciei o processo burocrático para obter uma autorização para ir para o estrangeiro. Atendendo aos condicionais derivados de uma situação de guerra, nos serviços militares onde me dirigia comecei a ser olhado como louco ou alguém que estava a fazer deles parvos. Partiam do princípio de que os meus argumentos eram um pretexto para desertar. Esta situação arrastou-se durante dois longos meses e a minha pretensão nunca chegou às mãos de alguém com poder de decisão, por ser considerada absurda.

Uma tarde, já desesperado, comecei a discutir com o oficial que me atendia na Repartição do Exército do Terreiro do Paço. Era notória a sua intenção de empatar o processo, para me levar à desistência. Por sorte no momento em que discutia em voz alta com o referido oficial, passou o chefe da Repartição. Alertado pelos meus protestos perguntou qual a razão da gritaria. Expliquei-lhe



Manuel Domingues na Guiné 1966

a minha pretensão e ele mandou pedir o meu processo, donde constava apenas o requerimento. Disse-me para entrar no seu gabinete e quis saber exactamente em portugal quem era e porque razão queria ir para França. Tivemos uma longa conversa, muito franca, e ele acaba por compreender que sendo eu raiano e com o meu pai emigrado se quisesse fugir já o teria feito, não precisando de papéis.

Convencido da importância do curso para mim, e até para o País, apenas me faz esta pergunta “Dá-me a sua palavra de honra de que volta?” Respondi-lhe com um sim convicto e em menos de meia hora conseguiu o despacho do Subsecretário de Estado do Exército, autorizando a minha saída. Nunca esqueci aquele homem, Major Silva, por ter acreditado na palavra de um castrejo, em condições bem arriscadas. Apesar das várias oportunidades profissionais surgidas em França, nomeadamente na UNESCO, cumprir a minha palavra e regressar. A palavra de um castrejo tinha valor naquele tempo!

PC – Nem tudo era mau no antigamente! E a seguir?

MD – Ingressei no exército como oficial miliciano e fiz uma comissão de 20 meses na Guiné, finda a qual passei à disponibilidade e comecei a procurar emprego. Um antigo professor meu soube da minha disponibilidade e convidou-me para seu adjunto, como director, no âmbito da então CIEE e Ultramar Português, num grupo empresarial multinacional, o que além de óptimas condições salariais me permitiu estabelecer contactos importantes e viagens pela Europa, África e Estados

Unidos. Foi uma experiência enriquecedora e possibilitou-me uma especialização na área do Planeamento Estratégico, que estava em fase de arranque e viria a ter grande aceitação como ferramenta de gestão nas décadas seguintes. Ao fim de três anos sou convidado para ingressar no maior grupo económico português e trabalhar exactamente nesse domínio e no da reorganização de empresas, onde me mantive formalmente até 1979.

Digo formalmente porque com o 25 de Abril a procura de quadros superiores na área da gestão estratégica aumentou e por isso fui solicitado por diversas vezes ao Grupo para delinear estratégias no âmbito das grandes empresas nacionalizadas, como por exemplo no caso das celulosas em 1976, da actividade siderúrgica em 1979 e do transporte aéreo em 1980.

Em 1985, director da companhia aérea nacional, sou requisitado para durante seis meses proceder à reorganização do Ministério da Agricultura. Delineada a estrutura fui nomeado Secretário-geral, e acabei por ficar quase nove anos! Tive ocasião de participar activamente em projectos de modernização administrativa quer como Conselheiro de organismos nacionais quer na qualidade de expert da OCDE.

Ao fim de três comissões de serviço regresssei à transportadora aérea onde terminei a minha carreira como director geral. Paralelamente exerci funções de docência universitária durante mais de 20 anos. A minha carreira profissional embora sempre em funções de gestão e consultadoria estendeu-se ainda por várias organizações nacionais e internaci-

<p>Publicidade</p> <p>CAFÉ ALTO MINHO ☼</p> <p>TÁXI PERMANENTE</p> <p>Tel: 251 465 133 (casa) Tel: 966 404 311 (com) 936 588 322</p> <p>VILA - CASTRO LARROEIRO 4960 MEGALÇO</p>	<p>MAF</p> <p>Construção Civil</p> <p>Tel: 251 465 322 Tel: 934 957 825 936 508 183</p> <p>Cuid do Gonçalo 4960 Castro Loboero</p>	<p>Manuel Joaquim Antunes</p> <p>Construtor Civil</p> <p>Cala 4965 - Megalço</p> <p>Tel: 251 487 694</p>	<p>KRYPTA</p> <p>VILA - CASTRO LARROEIRO</p> <p>Nuno Filipe Fernandes Esteves</p> <p>Contactos: 934 648 129 / 961 049 439</p>
---	---	---	--

onais, desde Ministérios à CEE, OCDE e UNESCO, em posições de coordenação de projectos de grande responsabilidade.

Nesse aspecto posso afirmar sem falsa modestia que me senti realizado.

PC – Como emigrante castrejo em Lisboa presumo que não dispusesse de grandes conhecimentos e amizades, ou se quiser de “cunhas” Como justifica a sua carreira de sucesso?

MD – De facto há quarenta anos os conhecimentos e “padrinhos” eram importantes, mas havia uma outra componente igualmente decisiva que era o trabalho e a competência. As pessoas com influência decisiva na minha carreira foram os próprios professores. O primeiro foi o Prof. A. de Sousa que ao verificar a minha aptidão pelos modelos de desenvolvimento económico, resolveu, por iniciativa própria, empenhar-se em conseguir-me uma bolsa do governo francês para complementar os estudos na Universidade de Paris colocando-me logo em posição vantajosa. Nessa altura só quem tivesse mérito, ou muito dinheiro, poderia sonhar com uma possibilidade dessas. A introdução no mercado de trabalho, a nível de gestor, deveu-se igualmente à intervenção de um professor que me conhecia na qualidade de aluno, e através de trabalhos realizados a seu pedido.

A partir daí as boas referências e a qualidade do trabalho produzido começaram a ser conhecidos, as portas abriram-se e as oportunidades surgiram naturalmente, sem necessidade de “cunhas”. No meu caso a maior dificuldade era a escolha, com o risco inerente a uma mudança. Mas sempre encarei o risco como um componente insuperável da vida! Nessa altura a idade prevalecente era a de um emprego para toda a vida. Eu sempre pensei o contrário e defini uma regra para a minha vida profissional: não permanecer mais de 4 anos na mesma função. A rotina é inimiga da criatividade e da mudança. E tive sorte.

A esta distância posso dizer que a sorte e a audácia andaram sempre juntas.

PC – Durante esse tempo como funcionou a sua relação com a terra natal?

MD – Convém referir o seguinte. Nos anos sessenta a diferença entre o meio rural, e o mundo ci-

tadino era abissal. Tudo o que sig-

nificava progresso, como universidades, bibliotecas, oportunidades de bons empregos e cultura, estava concentrado nas três principais cidades. Mas quando se analisava um pouco mais essa realidade constatava-se que a grande maioria dos que povavam as cidades eram emigrantes, vindos de outras regiões do país, à procura de melhores oportunidades. Tinham cortado as raízes com a terra natal e sentiam-se deslocados num meio hostil, embora necessitado deles.

Comigo tal nunca sucedeu fundamentalmente porque a educação recebida, com base nos valores tradicionais vigentes, ditou sempre o meu relacionamento com Castro Laboreiro, pelo facto desses valores básicos incutidos pela sociedade castreja serem demasiado fortes e nunca ter encontrado outros que se lhe pudessem sobrepor. Por outro lado fiz o meu percurso sempre de forma isolada e por isso tinha necessidade de manter essas mesmas raízes, assumindo sem complexos a minha origem de castrejo. Isto desarmava alguns chauvinistas citadinos e provocava simpatias em sectores onde se valorizavam os primórdios. Do ponto de vista físico a ligação às origens era reforçada nas férias, enquanto estudante, e posteriormente em visitas aos meus pais.

Posso dizer que a minha relação com a terra natal foi sempre filial e nunca de rejeição.

PC - Foi por isso que em determinada altura resolveu lançar-se numa aventura jornalística?

MD - Foi. Tudo começou quando vi publicado no Boletim da Casa do Minho de Lisboa um artigo sobre Castro Laboreiro escrito por um galego, no final de 1962. Na altura considerei-o inexacto e desprestigiante para a minha terra. A procura dum local apropriado onde pudesse responder adequadamente acabou na criação de uma “Página de Castro Laboreiro”, mensal e inserida no “Notícias de Melgaço” que mantive até à ida para a Universidade de Paris, em meados de 1963.

PC - Manuel, temos conhecimento de que o seu avô fez uma promessa de construir uma capela nas Coriscadas em honra de uma Santa desconhecida. Quer falar-nos disso?

MD – É verdade. No final da 1.ª grande Guerra Castro Laboreiro, e o resto do País, foi acometido por um surto de doença que dizimou inúmeras famílias. O meu avô paterno, o Domingos Cordas das Coriscadas, tinha sete filhos e era muito devoto de uma Santa espanhola, N. S.ª de Monserrate. Fez-lhe uma promessa: se a N. S.ª de Monserrate lhe salvarse os filhos mandaria construir uma capela em sua honra.

De facto nenhum deles morreu na altura e assim o avô decidiu cumprir a promessa.

Mas os tempos eram muito difíceis. Depois da 1ª grande guerra, veio a crise de 1930, seguida da guerra civil espanhola e da 2ª guerra mundial. Tudo isto provo-

de se orientar para Espanha, na altura em plena guerra civil.

Entretanto o avô decidiu avançar com a construção da capelinha e pediu a todos os filhos para levarem a promessa até ao fim, se ele morresse antes de a cumprir.

Infelizmente morreu de repente, enquanto guardava as vacas no Covelo, pouco antes de eu nascer, sem cumprir o prometido.

As coisas melhoraram em Espanha o meu pai entendeu ser chegada a altura de cumprir a promessa. Falou com os meus tios ainda vivos, e residentes em Portugal e assumiu o encargo de resolver o assunto. Foi a Espanha e ao fim de várias tentativas conseguiu descobrir uma oficina perto de Salamanca que se compromete-



Nossa Senhora de Monserrate (2004)

cou muita perturbação e miséria e o avô tinha sete filhos para alimentar! Apesar disso mandou procurar em Braga, principal localidade do país no âmbito da estatutária religiosa, onde o informaram desconhecem em absoluto a imagem da Santa pretendida. Ainda tentou outros locais sugeridos pelos fabricantes de Braga, mas sem resultados, tendo por isso

tia a fazer a imagem, num prazo de 6 meses.

No entanto ficava por resolver o problema do transporte para Portugal. Além de não haver vias de comunicação os trajectos ainda não eram seguros e as imagens de santos eram consideradas como grande contrabando. Por outro lado aquela zona estava fortemente vigiada pelas autoridades espa-

nholas por ser uma das principais vias de passagem da emigração a sítio, do Norte de Portugal para França.

Deste modo o meu pai só conseguiu dos espanhóis o compromisso de a trazerem até perto de Verin, onde tinha um conhecido a quem pediu para guardar a imagem e avisá-lo quando a oficina lhe entregasse.


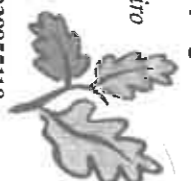
O transporte devia ser efectuado por mulheres de forma a não levantar suspeitas aos carabineiros e aos guardas, sempre de olho em qualquer homem desconfiado. Assim quando receberam a informação de a encomenda já estar em Verin a minha mãe e mais uma cunhada meteram-se a caminho.

Ao fim de uma semana apareceu em casa, tinha eu 7 ou 8 anos, com a cara e as mãos todas arranhadas, num estado miserável. Perguntei-lhe porque estava assim e explicou-me que tiveram de andar sempre pelo mato, evitando os caminhos e deslocando-se apenas de noite. Como estava escuro de vez em quando enfiavam-se num buraco com o peso da Santa em cima delas. Mesmo assim por duas vezes tiveram de esconder a imagem, atirando-a para um buraco e fugir para longe porque foram detectadas pelos carabineiros. O problema foi encontrar outra vez a imagem! Demoraram uma noite inteira!

A imagem vinha protegida por um caixote de madeira o que fazia um grande volume e aumentava o peso do conjunto para cerca de 50 quilos. A minha mãe achava um milagre não se ter partido e acabou por me dizer que uma trabalhadeira daquelas só mesmo por causa de uma promessa! Tinham-na deixado escondida numa *boiça* perto do lugar Um dia tiram com um carro de vacas buscar lenha e traziam-na escondida no meio das giestas.

Mas as dificuldades não acabaram aqui! Colocaram a Santa no altar, de noite, e ficaram à espera de quando a guarda viria fazer perguntas sobre o assunto. A notícia espalhou-se rapidamente e a capela passou a ser objecto de curiosidade por se tratar da primeira Santa mulata conhecida em Castro.

Falaram com o Padre e com os vizinhos, prevenindo-os para o caso de a guarda fazer perguntas cuja resposta teria de ser: Não sabiam de nada.

<p>Publicidade</p> <p><i>Bom da Lipe</i></p>  <p>BRAGA</p>	<p>Sociedade</p> <p><i>costeira de construção, Lda</i></p> <p>Construção Civil</p> <p>Ponte Pedrinha - Lomar</p> <p>Apartado 2821 - 4700 BRAGA</p> <p>Tel.: 251/485329</p>	<p>Carnes & Peixes</p> <p>JAIIME LÓPEZ</p> <p>Venda Maior e Detalhe</p> <p>Tel.: 0034 639 921 592 / 0034 699 399 388</p> <p>Terrachán-Entrimo-OURENSE</p>	<p>Abriço Turístico de Montanha</p> <p>Moinhos do poço verde</p> <p>Vila, Castro Laboreiro</p> <p>4960 Melgaço</p> <p>Miraflo - Portugal</p> <p>Tel.: 938708005/9338855118</p> <p>Http://www.moinhosverdes.com</p> <p>E-mail:moinhosverdes@hotmail.com</p> 
---	--	---	---

O tempo ia passando e como ninguém fazia perguntas, resolveram falar novamente com o padre para marcar a primeira festa de N. Sr.ª de Monserrate no mês de Agosto, segundo as indicações recolhidas em Espanha.

O padre Anibal entendia ser necessário deixar passar mais tempo para evitar qualquer desconfi-ança das autoridades e além do mais no mês de Agosto já havia muitas festas sendo conveniente fazê-la mais tarde. Tentou-se dissuadi-lo mas ele mostrava-se intransigente: Então o meu pai lembrou-lhe que a Santa era da família e ameaçou ir a Braga buscar outro padre para efectuar a parte religiosa na data pretendida. Che-

lado é também evidente a mudança da paisagem socio-económica, desde o envelhecimento da população residente ao desaparecimento quase total do sistema de exploração tradicional de natureza agro-pastoril e à degradação do parque habitacional desocupado.

Esta situação resulta da conjugação da quebra da taxa de natalidade e do elevado número de pessoas que, em plena idade activa abandonaram a sua terra natal, em ondas sucessivas. As causas podem encontrar-se na caracterização da emigração maciça para França., iniciada precisamente na década de 50.

Com efeito os motivos subjacentes à 1ª vaga de emigrados a

aos valores tradicionais apelando à solidariedade, à entreajuda e a utilização de equipamentos comunitários. Era possível pagar a prestação de serviços e comprar equipamentos e produtos para uso próprio.

Desta forma inicia-se um ciclo de agudização do individualismo, que da melhoria da habitação e das condições de vida passa à construção de moradias desconfortes às necessidades e desengajadas da realidade local e aos automóveis e outros sinais exteriores de sucesso.

A ostentação serve para esconder a frustração resultante da condição de assalariado marginalizado à qual leve de se submeter em França, sacrificando o espírito de independência de que usufruía na sua terra natal.

Uma parte significativa destes emigrantes voltaria a recuperar parcialmente este atributo, após o regresso de França ao estabelecer-se como empresário ou trabalhador por conta própria, fora de Castro Laboreiro.

A 2ª vaga de emigração teve origem e motivações diferentes. Uns foram para França, na continuidade do processo originado pelos pais, mas já determinados a envolver por um estilo de vida mais elevado, enquanto outros, por razões de estudos, se dirigiram para as cidades do País. Contrariamente à 1ª vaga a necessidade de integração nos locais de acolhimento era importante para o sucesso deste fluxo de emigrantes jovens, ainda sem família construída.

O regresso não era uma prioridade e a sua concretização dependeria do grau de sucesso e da forma de constituição do novo agregado familiar. Partindo duma situação económica mais desafogada, e com níveis de instrução mais elevados, o peso dos valores tradicionais era necessariamente diminuído podendo mesmo afirmar-se que o sentimento generalizado era de rejeição, por serem considerados desajustados da realidade em que teriam de integrar-se.

Inseridos num sistema socio-cultural mais aberto em que o dinheiro era o motor de todas as coisas, a exacerbação do individualismo, o exibicionismo e a ausência de solidariedade, sobretudo para com os conterrâneos de menor sucesso ou de ideias mais conservadoras, passaram a substituir os valores dominantes da geração precedente.

A quase totalidade desenvolveu toda a sua vida activa fora de Castro Laboreiro, originando o primeiro processo de aculturação generalizado dos castrejos, com muitas situações de desenraizamento e exclusão.

Entretanto, a nível de Castro Laboreiro a melhoria das acessibilidades e o desenvolvimento do transporte individual, possibilita-

ram a generalização de alguns aspectos característicos da sociedade de consumo a todos os recantos castrejos, conseguindo atrair alguns forasteiros que se fixaram na freguesia.

O entreechoque deste emaranhado de situações novas acabou por criar à comunidade castreja um outro problema mais complexo e de solução dividiuosa que é a viabilidade de continuar a existir como sistema cultural, implicando a preservação e usufruição do legado histórico e cultural acumulado ao longo dos séculos.

Enquanto na batalha pela melhoria das condições de vida dos anos 50 a comunidade estava apetrechada com os elementos activos mais válidos, conjugando os mesmos valores e decididos a vencerem todos os obstáculos, actualmente a população residente é constituída na maioria por elementos idosos e cansados, a que se juntam outros mais jovens, que por desinteresse ou ignorância não só assistem imóveis aos preparativos da destruição do seu legado histórico-cultural, como, nalguns casos ainda engrossam a onda de barbante cultural, aperaltada com roupagens de “progresso”.

Na minha opinião esta é a mais importante e dramática transformação cujo cerne reside no paradoxo de a melhoria das condições de vida ter colocado a sociedade à beira da sua extinção, o que, como sabe, não é historicamente inédito.

O sistema de valores que durante séculos permitiu à sociedade castreja sobreviver perante as adversidades naturais desmoronou-se com a fragmentação e dispersão da própria comunidade que gerou em si elementos de rejeição para a maior parte dos seus membros, cujo abandono em massa provocou não só o seu enfraquecimento, como impediu o aparecimento de elementos mais novos que pudessem alimentar a cadeia de regeneração. Neste momento a comunidade encontra-se desprovida de defesas perante as ameaças de saque do seu legado his-

tórico-cultural, o que apressará o seu apagamento como sistema cultural com identidade própria.

As próprias entidades locais mostram-se desinteressadas e inoperantes no cumprimento da sua missão de salvaguarda e dinamização dos valores mais significativos de uma comunidade com marcada por uma forte identidade cultural.

Neste contexto, e como nenhuma defesa pode ser assegurada sem o empenhamento das populações, a esperança confina-se a alguns focos resistentes como o vosso Núcleo de Estudos dos Montes Laboreiro, empenhados em conhecer, divulgar e preservar o património histórico e cultural castrejo.

Oxalá os castrejos saibam compreender e apoiar os seus esforços, porque doutra forma há o risco de o nosso património histórico-cultural: ser reduzido a um simples monte de vestígios exóticos para turista ver, esmagado pelos símbolos arquivistas da “cultura” trólia, e transformado numa espécie de reserva cultural índia adaptada ao sec. XXI!

PC - Qual a mensagem que gostaria de enviar aos castrejos de hoje, principalmente às gerações mais novas?

MD - O termo Mensagem é normalmente conotado com conselho, e como diz o povo “ muitos conselhos ouvirás mas só o teu segurarás”. Significa isto que ninguém aprende pela cabeça dos outros e assim não vale a pena perder tempo com conselhos. Mas a minha condição de castrejo que percorreu, observou e experimentou mundos permite-me fazer uma reflexão muito pessoal que espero poder contar aos mais novos em livro, já em fase adiantada de preparação.

Posso desde já adiantar que *as duas coisas que mais marcaram a minha vida, e com as quais sempre me encontrei, foram aquelas em que não tive qualquer intervenção na sua escolha: a minha mãe e a minha terra.*



Casas em Vartzuela

gadas as coisas a este ponto o Pe Anibal acabou por sugerir para nesse ano fazer apenas uma missa destinada à bênção da Santa e da capela e no ano seguinte teria lugar a festa completa no mês de Agosto, antes da N. Sr.ª dos Remédios.

Entretanto o lugar das Cortiscadas quis participar na ampliação da pequena capela, e passaram alguns anos a família, face às constantes pressões do padre Anibal, decidiu ceder a Capela à paróquia.

PC – Em sua opinião que transformações significativas ocorreram na sociedade castreja, nos últimos 50 anos?

MD – As transformações da sociedade castreja nos últimos 50 anos, apesar da sua visibilidade, constituem um fenómeno complexo e não têm sido objecto de estudos aprofundados. Numa entrevista deste tipo apenas poderão ser aflorados alguns pontos, com base na observação e vivência de aspectos que na minha opinião podem ser relevantes, para tentar compreender a sua natureza.

A principal constatação é que a população de Castro Laboreiro em 2001 não ia além de 726 habitantes, contra os 1.944 em 1950, ou seja: nos últimos 50 anos a freguesia viu a sua população diminuir em cerca de 73%! Por outro



Casas em Vartzuela

MEMORIA DA GUERRA CIVIL NO NORTE DE PORTUGAL: REFUXIADOS POLÍTICOS EN CASTRO LABOREIRO

Ángel Rodríguez Gallardo
IES Pazo da Mercé, As Neves
(Pontevedra)
anrogall@edu.xunta.es

Cando se produce o inicio da guerra civil española o 18 de xullo de 1936, moitos galegos decidiron fuxir a Portugal. A presenza de refuxiados españois nas serras portuguesas de Laboreiro, Peneda e Soajo, que pertencen aos concellos de Melgaço e Arcos de Valdevez, e que rodean a vila de Castro Laboreiro, está comprobada desde poucos días despois de iniciarse o levantamento militar. En xeral, cremos que a singular configuración de pobramento en *invernexas, brandas e lugares fixos* na freguesía de Castro Laboreiro, foi aproveitada polos refuxiados españois, sobre todo, para librarse da presión das forzas represivas que apoiaron aos militares golpistas. A meirande parte deles tiñan a vista posta en regresar aos seus lugares de orixe pois consideraban que a situación era puramente transitoria. Entre eles, eran maioritarios os militantes antifascistas que escapaban da onda represiva axiña convertida nun fatídico *fascismo agrario*; outros, sen embargo, desertaron directamente do recrutamento militar obrigatorio que os empurraba a un enfrentamento bélico que rexeitaban.

Para estes cidadáns galegos houbo catro vías de fuxida:

- Agacharse nos seus domicilios ou nouros espazos, desprazándose de casa en casa ata conseguir unha saída segura.
 - Esconderse no monte.
 - Integrarse na Falanxe ou no exército, nalguns casos reconvertíndose en perseguidores ou delatores.
 - Fuxir ben por vía terrestre cara a Asturias, Lugo ou Portugal, ben por vía marítima a Portugal ou Franza.
- A situación de Portugal, sen embargo, non era fácil para os que fuxían da violencia franquista, xa que, dado o agrado co que o réxime político salazarista contemplou o derrubamento da República española, os refuxiados víronse sometidos a presión da policía portuguesa que desde os primeiros días empezou a entregar os refuxiados españois ás autoridades franquistas en territorio español.

A críspación xeral do Estado Novo portugués que acompañou ó inicio da guerra civil española, únese a lamentable situación económica que vive a poboación no norte de Portugal e o efecto sociopolítico que provocara o triunfo nas eleccións españolas de febreiro de 1936 da Frente Popular. Ao redor desa data temos constancia dalgunhas cativas pero ruidosas manifestacións en

Viana do Castelo a propósito das eleccións españolas ou das revoltas ocorridas en certos pobos das freguesías de Valença de Minho contra certos intentos de fiscalización agraria, enerxicamente reprimidas polas autoridades portuguesas.

A preocupación das autoridades do Ministerio do Interior portugués, a través dos gobernadores civís, coa situación bélica española e co insistente gotico de refuxiados fai que se poña en marcha un máis férreo control do sistema de rexistro de estranxeiros, albiscaando o temor de que estes elementos estranxeiros puidesen desenvolver algunha acción perturbadora. En realidade, as autoridades portuguesas trataban de cambiar unha inercia que lles preocupaba e que permitía que os estranxeiros circulasen libremente polo país, sen manter un control sobre os residentes nos concellos, para o cal as Brigadas Móviles da PVDE foron percorrendo concello a concello, desde decembro de 1936, para asegurarse de que se ían executando este rexistro ou para orientar sobre o seu correcto cumprimento. Pero por abril de 1937 as autoridades constatan, a través dos informes desas Brigadas, “o estado caótico en que na maioría das Administracións se encontrou este servizo, e em muitos, os registos são feitos em folhas soltas de papel almagô, em ordem de espécie alguma. Uma perfeita confusão, e o que é mais grave, uma ausencia completa de fiscalização”. Esa preocupación responde á coxuntura internacional e interna, “em que se torna necessário conjugar todos os esforços para evitar o alastramento do mal que, infelizmente, conturba os nossos vizinhos e nos é dado presenciar bem de parte”.

Sen embargo, malia as dificultades que o avance da guerra civil en España supoñía para a entrada de refuxiados políticos en Portugal, en ocasións esa norma ten que saltarse por razóns de máis peso. Así, o 24 de agosto de 1936, un mes despois de iniciada a guerra –aínda que tamén ocurrirá en anos posteriores–, un oficio do administrador do concello de Arcos de Valdevez solicita ao gobernador de Viana de Castelo que deixen entrar polos postos fronteirizos de Lindoso e Monção ás mulleres que van á romería de Nosa Senhora da Peneda que se celebra o 8 de setembro, porque tenden a deixar esmolas que permiten manter o asilo de inválidos de Nosa Senhora da Peneda.

En realidade, xa antes de iniciada a guerra civil española, complícase o paso polos postos fronteirizos, obrigando a que os administradores dos concellos se dirixiran ao Ministro do Interior na procura de solucións axeitadas á situación, xa que resultaba necesario aquel tránsito continuo entre galegos e portugueses que posuían propie-

dades indistintamente en ámbolos dous países, e que precisaban proceder ao arranxo das mesmas ou apacentar o gando en calquera dos dous territorios. Así mesmo, ao igual que moitos portugueses traballaban os campos españois como xornaleiros durante gran parte do ano, o que lles permitía mellorar as súas economías, moitos españois acudían ás feiras portuguesas co que supoñía de vantaxe para o comercio portugués. Ademais, as perxeras portuguesas acudían ás lonxas galegas a comprar o peixe, que consistía un dos alimentos básicos das mesas dos fogares destes territorios fronteirizos. As dificultades para pasar a fronteira colocaba a toda esta xente en circunstancias lamentables, xa que non podían continuar realizando a súa actividade profesional e, por tanto, non podían manter os seus habituais modos de vida. Tanto é así, que o *administrador do concello de Melgaço* expón ao Ministro do Interior que resulta “de extrema necesidade, manter-se o intercambio entre os povos raianos”, polo que parece natural que lle sexa permitida “a passagem de fronteira a todas as pessoas que, sendo conhecidas, se verifique não advir dessa permissão qualquer inconveniente”. Sen embargo, finalizada a guerra civil española, o gobernador civil de Viana do Castelo aínda amosa a súa preocupación ante a presenza de vendedores ambulantes españois, polo que regulará a concesión de licencias que atente a súa concorrencia.

Se ben en boa parte da fronteira galego-portuguesa tiñanse establecido postos de vixilancia internacional da PVDE, tratando de evitar que os grupos de oposición ao Goberno de Salazar tiveran puntos de apoio, este corpo de seguridade tivo que loitar cunha evidente escaseza de medios humanos, á que sumaban frecuentes carencias lóxicas, técnicas e operativas. No referido á entrada aos estranxeiros no país, as sospeitas basadas en impresións persoais podían motivar tanto a retirada do pasaporte como o acceso o seu lugar de destino. Nos postos fronteirizos, as listas que se realizaban sobre persoas ou automóbiles posuían un carácter penal e nunca político, centradas en estranxeiros expulsados, pero en ningún caso controlaban aqueles que, esgrimindo ou aparentando unha boa posición social –turistas, comerciantes, industriais, homes de negocios ou outros profesionais –, podían sortear “legalmente” o control da policía de fronteira. Sen embargo, a guerra civil española provocou a mellora do Servizo de Fiscalización e Fronteiras, conseguindo evitar a infiltración dun gran número de estranxeiros que buscaban refuxio político en Portugal.

Esta desigual e irregular situación da PVDE converteuse nunha posibilidade de salvación

que utilizaron os republicanos fuxidos e os prófugos para evitar o control na fronteira, tanto das policías portuguesas como das autoridades golpistas. Se ben foron moitas as persoas que se esconderon en territorio portugués e moitas delas foron entregadas os primeiros días pola PVDE á Policía Internacional Española, ocasionando un efecto disuasor daqueles que pretendían salvarse da represión levantada en territorio español desde os primeiros días de agosto de 1936, tamén é certo que o desigual control fronteirizo permitiu as saídas clandestinas por diversos ocos, empuxados a meirande parte dos fuxidos pola desesperación, o cansancio e a barbante.

A garda fiscal portuguesa estableceu o control dos postos de sección fronteirizos para informar e neutralizar a “calquer fuxido da Revolución española”. As ordes pretendían deter os fuxidos, desarmalos, e poñelos en poder da PVDE, que se encargaría do seu confinamento. De feito, a PVDE, de acordo co Ministerio de Negocios Estrangeiros portugueses, cursou circulares dirixidas ao gobernador civil de Viana do Castelo para que se sometiera a un estrito control aos españois legalmente documentados antes de xullo de 1936, a través da regularización dos seus visados, e que puxera en coñecemento da policía os españois que entrasen en Portugal despois desa data e que estivesen afectados pola lei militar. Ademais, as circulares sinalaban que non se concedese residencia aos españois indocumentados declarados refuxiados políticos, informando o máis rapidamente posible da súa identidade, data e lugar de entrada en Portugal. En última instancia, eran os administradores dos concellos portugueses e os regedores das freguesías os encargados do cumprimento desta normativa, evitando que os españois conseguiran estatuto de refuxiado e obrigándos a unha continua situación de clandestinidade.

Ao ser detidos en chan portugués e carcer de documentación, os refuxiados españois eran expulsados do país e entregados á policía española que optaba por encarceralos, eliminalos ou envialos ao fronte de guerra. Xunto aos indocumentados, moitos españois atravesaron a fronteira con documentación, pero a maioría fixoo con nomes falsos.

Aínda que nos boletíns da PVDE se recollen as entregas de españois por parte das autoridades portuguesas, moitas entregas non se rexistraron porque se realizaron de xeito oficioso. As primeiras entregas por parte da policía portuguesa producíronse rapidamente. O 25 de xullo de 1936, o comandante do posto de Castro Laboreiro entrega, xa no posto da PVDE de San Gregorio, a cinco refuxiados españois.

A policía portuguesa utilizou a táctica de conceder rápidas autorizacións de permanencia no país a algúns refuxiados coa exclusiva intención de controlar as súas relacións e convencións políticas, para, unha vez confirmada a súa militancia antifranquista, finalmente capturalos. Sen embargo, moitos refuxiados xamais serían apresados, pois lograron embarcarse nos portos portugueses camiño de América ou Europa, ou mesmo chegaron a instalarse en territorio portugués con carácter estable.

Irene Rodríguez García, coñecida como *A Pasianeira* de Ferreiros, no concello de Entrinno, presa no cárcere de Bande (Ourense) máis de catorce meses, lembra que a represión foi terrible, porque na súa aldea había moita xente de esquerda. O feito de que o seu irmán José desertase e fuxira a Portugal contribuíu o seu encarceramento, por ser o familiar “mais caracterizado”, segundo as disposicións establecidas polos militares golpistas. O alcalde republicano de Entrinno, Ubaldo González González, viuse na obriga de escapar á aldea portuguesa do Ribeiro, o mesmo que o seu irmán Ricardo, dependente de comercio en Bande, se ben este chegou a ser detido durante os primeiros días do alzamento. Posto en liberdade, un falanxista de Valoio ofreceuse aleva-lo a Entrinno, posiblemente para acabar coa súa vida durante o camiño, aínda que aquel, avisado, eludiu a proposición. A policía portuguesa solicitou información sobre a actuación política dos dous irmáns, coñecidos por “Os Cabriteiros”, ás autoridades do concello de Entrinno, xa que sabían que se introduciran clandestinamente en Portugal coa intención de chegar a Lisboa e saír posteriormente a Franca.

Alguns dos fuxidos do concello de Entrinno e dos concellos limítrofes foron assassinados preto da Pena de Anamán, un morro de pedra cargado de lendas e historia que xa utilizaran como tobera ao principio do século XIX unha cuadrilla de bandoleiros capitaneada por Tomás das Congostas. Tras pasar a aldea montañosa de Queguas está A Chan, unha chaira por riba dos mil metros de altitude transitada daquela por pastores galegos e portugueses. Nese enclave atópase un dolmen coñecido como a “Casa da Moura”. Tanto na Chan como na Casa da Moura os falanxistas mantiveron postos de control para evitar o paso de españois ás *brandas* portuguesas.

A mobilidade era fundamental para que os refuxidos resultasen seguros, pero os refuxiados mantían lugares de referencia onde regresar se se alixeraba a presión policial. No *lugar fixo* de Ribeiro de Cima concentráronse boa parte dos fuxidos do concello ourensán de Entrinno. Alí foron a parar, como xa dixemos, o exalcalde Ubaldo González Gon-

Zález e o seu irmán, Ricardo, quen fora xuíz municipal, xa que o comercio e a fonda que rexentaron procuroulles unha extensa rede de coñecidos no país veciño –moitos dos cales lles debían cartos, dado o réxime de fiado que tiñan establecido–, especialmente na capital da freguesía, Castro Laboreiro, pero tamén nas *invernizas* (Ameijoira, Cainheiras), nalgúns *lugares fixos* (Ribeiro de Cima e de Baixo, Portelinha) ou nas *brandas* (Seara, Portos). Aproveitando a migración anual dos habitantes das brandas e inverneiras, os fuxidos favoreceronse dos lugares que quedaban abandonados tras esa marcha. Outros preferiron como refuxio as illadas aldeas galegas do mesmo concello de Entrimo, como José González, concelleiro na última corporación municipal republicana, que se agachou en varios lugares da aldea de Queguas.

A raia, a fronteira galego-portuguesa, terminou por desaparecer baixo da vixilancia exercida polas diversas policías. Nese territorio operaron desde o principio da guerra grupos de fuxidos e contrabandistas, axudados polos habitantes das *brandas* e *invernizas*, que estableceron unha rede de axuda humanitaria, pero tamén económica, cos refuxiados, aos que lles recibían correspondencia, protexíamnos do acoso policial ou, como tamén ocorreu, denunciábanos, colaborando así coa represión das forzas policiais.

Os refuxiados españois, conscientes de que a súa permanencia podía alongarse máis do esperable, optaron en territorio portugués por cinco formas de vida:

- a) a vida campesiña, misturándose coa poboación local para a que realizaban traballos agrícolas ou gandeiros
- b) o contrabando
- c) agacharse no monte cerca dos núcleos de poboación, trasladándose continuamente e compaxinando algúns dos dous modos de vida anteriores
- d) agacharse mesturados coa poboación local, sobrevivindo gracias ós cartos propios
- e) participar da rede de confidentes ou informadores das diferentes policías portuguesas

No primeiro semestre de guerra civil, o número de refuxiados españois na freguesía de Castro Laboreiro, se ben de xeito non estable, acadou, según testemuñas orais, unha cifra entre catrocentas ou oitocentas persoas, cifra que debeu converterse nunha preocupación, especialmente para os falanxistas da zona que coñecían á perfección o territorio e mantiñan vínculos de intimidade con moitas das familias dos refuxiados, preocupación que finalmente acabaría asumindo as forzas represivas portuguesas, moi especialmente a PVDE.

Axiña comenzarían as batidas polas serras, polas brandas e polas inverneiras, na procura dos refuxiados. Os comandantes dos

postos, especialmente o de Castro Laboreiro, recibían periodicamente ordes de manter unha rigorosa e persistente vixilancia. Algúns días despois ampliábase as ordes, que sinalan que se faga unha limpeza completa de tódolos estranxeiros indocumentados, malia que o número de fuxidos vai medrando ós poucos.

Os falanxistas españois introducíronse en territorio portugués con asiduidade desde as primeiras datas da sublevación, mesmo obrigando a intervención da Comandancia Militar de Ourense que se viu na necesidade de castigar preventivamente a eses elementos incontrolados.

Son moitas as notificacións das policías portuguesas sobre a presenza de “refuxiados comunistas españois” entre a fronteira de Ameijoira e Castro Laboreiro: o grupo formado por Manolo *O do Dente de Ouro* e o expolicía da Generalitat de Cataluña Ramón Yañez Pereira *O Médico*, que se movían por toda a *freguesía* de Castro Laboreiro, xunto coa amante deste último, Rosa Alves *A Africana*, veciña de Ribeiro de Abaixo, e nai de catro contrabandistas; fuxidos perseguidos insistentemente pola policía portuguesa e considerados peligrosos como o comunista de Bande Feisindo Lopez Pazos e José Alemany; outros fuxidos menos significados como José de Sousa, *O Galreiro*, natural de Pereira (Entrimo), etc. Naquela extensa área que vai desde Alcobaca ata Ribeiro de Baixo estableceu unha persistente vixilancia, que, sen embargo, resultaba demasiado ampla e difícil de controlar polos obstáculos naturais e a facilidade de refuxios, a meirande deles fundas ou grutas, que topaban os fuxidos na serra cando eran perseguidos.

Desde os postos de Portelinha e Castro Laboreiro tratouse de localizar e capturar ó refuxiado Pepe Trabazos, protexido por unha cidadá portuguesa residente na *branda* de Queimado, quen coa chegada do inverno trasladábase a *inverniza* no val de Pereira, mentres o seu protexido mantiñase arriba na *branda*. A policía portuguesa sigue organizando batidas, algúns dos refuxiados precupan máis ca outros. As veces son grupos de sete ou oito policías. Os primeiros días de decembro de 1936 o tenente de infantaría Fernando José Lopes destina un grupo de homes aos postos da serra e a Ribeiro de Abaixo para averiguar sobre a “captiana dos refuxiados españois” daquela poboación, a devandita Rosa Alves. Nos dous Ribeiros, de Cima e de Baixo, lugares fixos, lévase tempo notando a presión policial. A PVDE capturara a Rosa Alves *A Africana* o 26 de outubro de 1937, moi popular no val de Pereira e con familia na aldea arraiana galega de Olelas, fronte do *lugar fixo* da Várzea. A comunicación secular entre os dous Ribeiros e as aldeas entimeñas de Bourzadrago e Pereira tiñan fomentado a creación de roteiros vinculados ao contrabando, empregados polos familiares dos escapados

para abascecelos de comida e roupa, evitando ser controlados polos carabineiros españois ou pola garda fiscal portuguesa.

Na *branda* de Seara, doutro lado da Pena de Anamá, hai varios refuxiados españois, entre eles Manuel Fernández González *O Curro*, acollido na casa da súa amante. Sospeitando da presión das forzas represivas, pernocta nunhas fragas próximas. Algúns habitantes destas serras son reincidentes en agachar refuxiados españois na serra, polo que se ven sometidos frecuentemente a rexistros nas súas vivendas. Nesa mesma *branda* está agachada unha familia enteira. Como todos, esperan documentación para internarse ó centro do país, pero resultalles complexo porque Eudasio Lorenzo Diz, de vinte e cinco anos, quen antes do golpe militar era mestre en San Gines no concello limítrofe de Lobreira, ten un fillo. Para non levantar sospeitas vise o traxe típico de castrexa. Ademais, móvese cos seus pais: Agustín Lorenzo, un home de cincuenta anos, que sofre as inclemencias dunha hernia, e Basilia Diz, cinco anos máis nova e que ten un sinal característico na faciana. Outras testemuñas, conseguidas pola policía tras interrogar os veciños, sitúan na *inverniza* de Enlallada ou na *branda* de Rodero; outras din que están nos *lugares fixos* dos Ribeiros, quizais na *inverniza* de Alagoa ou nas brandas dos Portos. En realidade, ao integrarse coa poboación local acompañanos nas súas migracións anuais, e as veces, ante a abafante presión policial e dos confidentes, saílan a algunha aldea galega, como Cabanelas, onde tamén consisten acoccho.

No labor de control da fronteira, a Garda Fiscal de Melgaço e Ponte da Barca encárganse de reforzar os postos da Peneda e Ameijoira para evitar que os refuxiados na serra da Peneda cruzen a fronteira ou escapen para o sur. Saben que se esconden en cavernas e o aumento no número obrégalles a realizar expedicións periódicas moitas delas pola noite para empregar o factor sorpresa.

Vista a temperá interrelación entre contrabandistas e refuxiados españois, a policía portuguesa preocupouse da represión violenta dos primeiros para evitar que os segundos andivesen libremente polo monte e puidesen internarse en Portugal, esixindo aos comandantes dos carabineiros e aos seus subordinados que disparasen contra os individuos que intentasen atravesar a fronteira. Algúns refuxiados acabaron coñecendo perfectamente as rutas alternativas pola fronteira, ían armados sempre con carácter defensivo e nalgúns casos cometeron actos de represalia de tipo económico que lles levou a misturarse coas redes de contrabandistas, que terminaron por percalarse do valor estratéxico dun contornante moi elevado para a importancia socio-económica que adquiriu daquela o contrabando. Esas dúas redes de tránsito pola fronteira obrigou, por tanto, a exertrema a vixilancia da mesma.

Á colaboración fronteiriza dos dous Estrados, intensificada cando Salazar reconece á España de Franco na primavera de 1938, e revelada na práctica coa frecuente incursión de grupos de falanxistas en terras portuguesas, amparados pola indiferencia das autoridades militares portuguesas, enfrontouse o elevado contornante de fuxidos que chegou a realizar actividades contra o réxime portugués e contra os destacamentos do bando nacional, e a evidente pero discreta actitude do nativo portugués que procedeu a desenvolver unha conduta na súa maioría de colaboración e complicidade militante co refuxiado, quen esperará o momento axeitado para marchar ao exilio, dentro dunha rede de obtención de documentos que permitirá aos refuxiados españois nas montañas de Castro Laboreiro obter certificacións de nacemento doutros pais (en especial, de Arxentina), e desta maneira poder legalizarse documentalmente en Portugal.

O réxime franquista buscou outros medios para modificar a situación deses refuxiados. Un bando firmado o 6 de setembro de 1938 por Germán Gil Yuste, xeneral de división e xefe da Oitava Rexión Militar indicaba que se concedía “un prazo improrrogable de 15 días a partir de la fecha de este para cuantos individuos de los que tomaron parte más o menos activa en la revolución marxista, y se hallen todavía huidos en alguna de las zonas montañosas de la Región, puedan presentarse en la seguridad de que no recibirán daño alguno si no han cometido delito por lo que tengan que responder ante nuestros Tribunales de Justicia, que jamás se ensañan con los que han de juzgar, limitándose en su función al estricto cumplimiento de la Ley”. Ademais, os familiares deses fuxidos ou calquera outra persoa que lles axudase, facilitándolles alimentos, roupas ou novas dos movementos das forzas encargadas da súa persecución, serían severamente sancionados. Esta estratexia debeu ter efecto entre as filas do continxente de refuxiados porque algúns preferían entregarse pola presión que exerceron sobre os seus familiares.

Co remate da guerra civil as condicións para introducirse en territorio portugués endurecécese. Así, para entrar en Portugal se lle solicita aos estranxeiros pasaporte (con selo da PVDE), título de residencia, billete de identidade visado anualmente ou certificación de inscrición consular para o caso dos españois.

En abril de 1940 aínda a Embaixada española en Lisboa mostra a súa preocupación sobre algúns refuxiados españois que están a comer roubos a man armada e que, unha vez cometidos os delitos, se internan en Portugal. Nese mesmo mes reforzase tanto do lado portugués como do lado galego a presenza de tropas para vixilar e perseguir aos fuxidos españois. No concello de Entrimo estableceuse unha compañía enteira de infantaría con pequenos destacamentos

comandados por sarxentos nas pequenas poboacións da fronteira.

Aínda en setembro de 1940 vaise organizar un operativo desorde o posto fiscal de Castro Laboreiro para proceder á captura dos refuxiados españois que, nos Ribeiros, se encontran armados, sabendo que é empresa moi complicada e que sería preciso unha forza de dezaseís homes para reducir a un grupo de seis refuxiados españois que se encontran armados. En realidade, ata o finais da década dos cuarenta a presenza de fuxidos españois nas serras ao redor de Castro Laboreiro é moi evidente, como afirmaba o xefe dun destacamento da Garda Nacional Republicana portuguesa recrutado para acabar coa presenza de refuxiados na freguesía de Castro Laboreiro:

“*Uma batida completa á serra, dada a imensidade desta, esvazita milhares de homens e, em virtude da carência de estradas e caminhos capazes e da falta de recursos, julgo-a impraticável. Engquanto aquela região, pela ausência quasi completa de vias de comunicação, estiver, como está, isolada do resto do País, será sempre um possível refúgio, á que dá imensas facilidades a natureza montanhosa do terreno, formado por enormes montanhas, sulcado de ravinas que são verdadeiros precipícios, frequentemente aberto de gigantescos penedos de caprichosos recortes, e, em muitos sítios, coberto de curvalheiras, giestais de tres e catro metros de altura, urzes, e outra vegetação selvagem. A população vive a vida mais miserável que é possível imaginar-se; as habitações são choças imundas onde as pessoas vivem na mais repugnante promiscuidade com os animais. As culturas, de centeio e a batata, unicas que ali se fazem, não chegam para o consumo dos habitantes, e desenvolvem-se lentamente e com dificuldade. Até há pouco tempo, os homens emigravam em grande quantidade para Espanha e França, e, com o produto do seu trabalho nessas países, sustentavam as suas famílias; mas, desde que começou a guerra de Espanha, essa emigração acabou, o que veio agravar extraordinariamente a situação daquela gente. Pelo arazo em que a população se encontra, pode afirmar-se que fazer uma viagem a Castro Laboreiro correponde a recuar alguns séculos no tempo. Afirma o abade da freguesia que quasi todos os seus habitantes são comunistas, porque não frequentam a igreja. O que eles são, com certeza, é miseráveis e analfabetos; mas a irrelaxiosidade daquela gente já era um facto quando ainda se não falava em comunistas. O auxilio que os habitantes tenham prestado aos refugiados explica-se talvez melhor pelo facto de, dado o isolamento em que a freguesia está do resto do País e até do concelho, as suas relações normais serem feitas desde longa data com os espanhóis.”*

3º Congresso de Historia Local

Continuação da Pág. 1

Laboreiro, apesar de ainda ser incerto o inventário, se localiza um dos mais importantes conjuntos de megalitos da Península? Quem imagina um agregado de mais de uma centena de mamoa's? Ou a existência de um menir? Ou, então, a grandiosidade da arte rupestre das pedras do Fieiral e de Fagil? Alguém tem conhecimento das valiosas pinturas da Mota Grande?...

Desde os anos 30 do século passado, pelo menos, que os investigadores se interessam por

ticiadas no canal televisivo da RTP 1. Mas isto é, sem qualquer exagero, apenas uma míscula ponta do iceberg.

Para além do aspecto científico, a estas manifestações patrimoniais está intimamente associado um punhado de tradições, crendices e fábulas populares. Uma anta, do lado gailego, está identificada como *Casa da Moura*. As lendas de moutas encantadas ajudavam a fiar o tempo aos *pegureiros* destes montes. A cobiça de tesouros escondidos fez com que, ainda na segunda metade do

Morgadinho" dos Portos, não chegando ao nosso conhecimento o motivo de empetreada tão árdua.

Estes aspectos, aliados à reconhecida opulência da fauna e flora, onde se refugiam algumas espécies em vias de extinção, fazem deste planalto uma importante herança megalítica e uma reserva ecológica e ambiental ímpar. Por outras palavras, este torrão, a mais de 1000 metros de altitude, onde o lusitano se diferencia do gailego por uma mera linha imaginária, pode ser um dos mais



esse inestimável legado patrimonial oculto (em 1933, Xurxo Lourenzo Fernandez publicou, no *Boletim de Cultura Galega*, um estudo sobre "*Três emacões de arte rupestre da Serra do Laboreiro*"); nos anos 70 foram feitos os primeiros inventários do lado português, com a colaboração do Doutor Francisco Sande Lemos: nos anos 90 foram escavadas algumas mamoa's do Alto da Portela do Pau, que culminou com a publicação, em 1997, do estudo *As Mamoa's do Alto da Portela do Pau*, da autoria de Vítor Oliveira Jorge, António Martinho Baptista, Eduardo Jorge Lopes da Silva e Susana Oliveira Jorge; no Verão do ano transacto de 2003 o Doutor António Martinho Baptista e a sua equipa do Centro Nacional de Arte Rupestre debruçaram-se sobre as gravuras rupestres das duas pedras do Fieiral, no-

secúlo vinle, se juntasse o povo de alguns lugares de *enriba*, do lado *gorrión*. A tia Braselina Barrosa, do Rodeiro, conta assim: "*Vieram os da além com os carros das vacas e foram 'de cara' ao Vale das Antas. Corria a noticia de que já tinham encontrado a asa da caldeira e diziam que era de ouro. Aquela mamoa era maior que a Mota Grande e as escavações até decorreram durante a noite, da caldeira é que nada*". Outras escavações já tinham sido feitas noutras antas ao longo dos tempos. Algumas das pedras dessas estão em algumas casas da nossa terra, em vários lugares. O livro de S. Cipriano e outras histórias é que tiveram a culpa...

A tampa da Anta mais próxima do lugar dos Portos, conhecida por Mota Aberta, foi partida ao meio pela perica das cunhas do artista pedreiro, "tio

ponsáveis dos dois países envolvidos (Portugal e Espanha), nomeadamente os Parques Peneda Gerês e Xurés e as respectivas autarquias locais, ainda é possível preservar este santuário arqueológico e ambiental da Península Ibérica, promovendo a sua valorização científica, cultural e turística. Os meios... já não são desculpa, as

Portas de Lamas de Moura e o Núcleo Museológico de Castro Laboreiro são infra-estruturas de apoio que podem prestar um contributo indispensável à concretização deste propósito.

Núcleo de Estudos e pesquisa dos Montes Laboreiro
José Domingues / Américo Rodrigues
rodri@nucleo3.com

MEGALITISMO E ARTE RUPESTRE NA SERRA DO LABOREIRO

Dia 14 Agosto de 2004, 14:30 no lugar da "Vila" de Castro Laboreiro.

Organização a cargo do Núcleo de Estudos e Pesquisa dos Montes Laboreiro

PROGRAMA
14:30 - Sessão de Abertura

Hora	Nome do Palestrante	Título da Palestra	Tempo
14:30	NEP dos Montes Laboreiro	Serra do Laboreiro: passado, presente e futuro	15 mn
14:45	D.º Maria Miguel Lucas	Necrópole megalítica da serra do Laboreiro	30 mn
15:15	Doutor José Manuel Eguleira Franco	Os megalíticos de Laboreiro em Galícia	30 mn
15:45	Debate / Intervalo		
16:00	Doutor António Martinho Baptista	Artes da pré-história em Castro Laboreiro	30 mn
16:30	D.º Tomé Martínez Rodriguez	Arqueoastronomia: megalíticos, arte rupestre e cosmos.	30 mn
17:00	D.º Alexandra Lima Cerveira	Inventário do património histórico-cultural de C. Laboreiro	30 mn
17:30	Debate / Encerramento		

Desejo anunciar* no Jornal

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
C. Postal _____
Nome da Empresa _____
Tel: _____ Fax: _____
Telm: _____
Valor e tamanho: 55,5mm/45,5mm, 50€ 100mm/60mm, 80€ 265mm/35,5mm, 100€

Assinatura: _____
*Inclui o cubo e envio para os nossos serviços comerciais. *Os preços já inclui IVA à taxa em vigor)

Desejo receber* o Jornal

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
C. Postal _____
E-Mail _____ Tel _____
Data de Nascimento ____/____/____ País: _____
Valor da assinatura: Portugal 5€ Europa 7€ Resto Mundo 10€
Assinatura: _____
(Inclui o cubo e envio para os nossos serviços comerciais. *Os preços já inclui IVA à taxa em vigor)

A LEVADA DE CORVEIRA



Castro Laboreiro, apesar de se situar numa zona extremamente agreste e de elevada altitude, possui uma notável bacia hidrográfica, dominada pelo rio Laboreiro e corgas afluentes. Uma dessas corgas é o “rio” de Varziela que tem a particularidade de, dependendo do local ser conhecido por diferentes nomes.

Recebe água das corgas dos Portos, do Porto-a-Cerdeira, de Formarigo e das Cainheiras entre outras.

No entanto, os rigores do Estio e o terreno montanhoso obrigaram, desde sempre, os seus habitantes a procurar soluções de rega, que resultariam em autênticas obras de engenharia – as *levadas* e os *panzanos* – dignas de estudo e registo, não só pela construção em si, mas também pela sua antiguidade. Infelizmente, os registos documentais, se é que existem, continuam sumidos. Por isso, neste artigo, exponho o que me foi possível coligir dos registos orais, passados, tradicionalmente, de geração em geração, sobre a **Levada de Corveira**.

Os moradores da Inverneira de **Corveira**, situada a escassos quilómetros da fronteira, para a rega dos seus “*andengues*”, tiveram que canalizar a água desde o *Salto do Gato*, situado a algumas centenas de metros do lugar da *Varziela*. Este rego, percorrendo uma distância de mais de 2500 metros pela encosta escarpada e de difícil acesso, que fica oposta ao lado nascente do castelo de Castro Laboreiro, mesmo em frente à Porta do Sol, foi a solução encontrada para abastecer o lugar no tempo mais seco. A sua capacidade de rega é, segundo um estudo efectuado por engenheiros da Câmara Municipal de Melgaço, de 18 hectares. Nessa altura, segundo testemunhos orais, viviam nessa inverneira 13 famílias. O meu avô, José Joaquim Alves, acrescenta:

“...foi um casal de mouros que o construiu. Foram gastas treze libras de ouro, que fora o acordado. Como ficaram muito satisfeitos ainda lhe ofereceram um pão e um presunto. Diziam-nos que ela é que dava as ordens, colocando-se por vezes do outro lado do monte, na encosta do castelo para ter melhor visão...”

...Sabedoria popular que, como é sabido, sempre atribui o inexplicável aos mouros. Mas os mais velhos juram a pés juntos ter ouvido aos seus pais e avós estas histórias. Porém, e como é habitual por estas paragens serranas, tudo poderá não passar de mais uma lenda, criada e alimentada por imaginações mais férteis. Há contudo um facto que deverá merecer a atenção dos mais curiosos: o local mais marcante e mais mencionado por todos aqueles que conhecem a levada é uma enorme laje situada na encosta e que é atravessada pelo rego da água. Para isso foram colocada uma série de pedras trabalhadas, mas o modo como estas estão seguras à laje (em perpendicular) cria um bocado de intriga mesmo aos mais idosos e conhecedores de toda a “engenharia” local. Parecem de facto seguras por algum fio mas naquele local são o único meio de passagem para as pessoas. Mais curioso ainda o nome pelo qual é conhecido o local: “*Laja Nédia*”. Ou seja um nome nada comum para estas paragens. Todos aqueles que por um motivo tiveram ou tem contacto com comunidades muçulmanas, como foi o meu caso em França, constatarão que é um nome muito utilizado nas jovens árabes. Simples curiosidade ou prova explícita da versão dos mais idosos? É algo que provavelmente nunca sabermos pois, para muita pena minha não me foi possível até hoje, encontrar nos arquivos dos Serviços Hidráulicos nenhum documento respeitante a este regadio.

Os mais velhos recordarão com certeza uma das muitas discórdias que a luta pelo precioso líquido motivou. Por volta do ano de 1945 os habitantes do lugar decidiram apesar do enorme esforço financeiro a que isso obrigaria reunir algumas economias e adquirir cerca de 20 sacos de cimento de modo a melhorar a canalização da água. Porém muitas são as vezes em que os interesses de uns não coincidem com os interesses dos outros e os proprietários (*os Lapadeiros*) de um moinho situado a 100 metros da presa da levada insurgiram-se contra as referi-

das obras por considerarem que estas iriam diminuir de forma considerável o caudal do rio interferindo com o seu bom funcionamento. Conclusão: depois de muita discussão as obras não foram realizadas e os sacos de cimento que tinham sido transportados com a ajuda de burros desde o Porteiro (local onde terminava a estrada na altura) acabaram por apodrecer numa corte de Varziela.

Mas prosseguindo com o relato da sua longínqua construção, o meu avô, José Joaquim Alves, habitante do lugar acrescenta:

“Uma vez a ‘levada’ concluída, os treze herdeiros (*Auga do Rio, Auga Baranda, Canguiñas, Pedro Chaste, Sacotes Velhos, Auga Morgada, Auga Brasileira, Auga Maceira, Auga Barreira, Auga Rubia, Auga Rodas, Auga António José e Auga Benta*) repartiram as horas de rega em treze dias. Cada família tinha à sua disposição 24 h do precioso líquido para o usar como bem entendesse”.

A distribuição da água era simples mas dezenas de anos depois, e devido às muitas partilhas feitas (por venda, ou por falecimento dos herdeiros e consequente repartição de horas pelos filhos), tudo se complicou: alguns herdeiros podiam ter apenas 20 minutos um dia e 15 minutos no dia seguinte, podendo estes calcular à meia-noite ou 3 da manhã. Então ou permoitavam sozinhos no lugar ou se deslocavam a pé desde a respectiva *Brandá*.

“Antes era tudo mais complicado. Recordo uma noite em que tive de ir regar as batatas a *Corveira às tantas da manhã*. Guiei a água para o barbeiro e enquanto esta não chegava, fui esperar encostado à parede junto do local por onde entrava a água, adormeci tranquilo, quando esta chegasse sabia que o seu barbeiro me acordaria. Terminada a rega fui para os Portos e sem dormir ateiei centeio todo o dia. Eram assim os dias da nossa vida.”

Há mais de três décadas, numa tentativa desperçada em encontrar uma solução, o Sr. José Joaquim Alves e o Sr. Manuel Rodrigues, já falecido, propuseram uma reorganização do sistema de rega, facto prontamente aceite pelos restantes herdeiros.

Juntaram a totalidade das 312 horas (13 dias multiplicados por 24 horas) e repartiram o tempo em duas *roladas*, ou seja seis dias e meio. Quem tivesse 4 horas ficava com duas horas em cada *rolada*; uma das vezes de manhã a outra, seis dias e meio depois, à noite.

Exemplo: Sou herdeiro de 4 horas. Hoje é Domingo, calha-me guiar a água às 9 horas da manhã, na próxima semana vou guiá-la às 9 horas da noite. Ou seja a vez de cada um vai avançando 12 horas cada seis dias e meio. Finais de Fevereiro, inícios de

Março, os vizinhos dão parte uns aos outros e combinam um dia para ir *botar a água*, ou seja realizar as devidas obras de manutenção e limpeza do rego, para em seguida abrir à água no “Salto do gato”.

Segundo Domingos Ferreira da Rocha, antigo responsável dos Regos Hidráulicos de Viana do Castelo, os habitantes destas zonas mais altas e frias iniciam a rega mais cedo (finais de Fevereiro) do que os moradores das zonas mais baixas (Melgaço por exemplo), para evitar que as geadas queimem os pastos.

No decorrente ano, no passado dia 14 de Fevereiro, depois de previamente combinado, reuniram-se 11 pessoas no cimo do Lugar. Continuam a ser treze herdeiros, alguns ainda representantes familiares dos primeiros herdeiros. Nesse dia falavam os representantes de duas casas. Começaram a limpar o rego perto do lugar e a tarefa terminou no Salto do Gato. Em anos passados, ficavam duas pessoas no *eldido*² para limpar os regos de condução da água até às propriedades, este ano essa tarefa foi realizada na semana antes, pois todas as pessoas eram necessárias. Duas pessoas eram gerais as mais velhas, são encarregadas de transportar e preparar a merenda ao meio-dia. O malto pelo simples facto de poucas pessoas necessitarem de o cortar nestes locais menos acessíveis para *estrar* as cortes vai crescendo e obstruindo o rego, complicando a tarefa.

De referir ainda, um facto que atesta bem a importância dada à água por estas paragens onde é aproveteada até à última gota: no final do dia em que vão *botar a água*, e antes de se entrar na *rolada* esta é repartida da seguinte forma: quem no ano anterior regou as propriedades do forno para baixo (situado a meio do lugar), este ano rega do forno para cima. Este ano regaram os do cimo do lugar. A *rolada* inicia no dia seguinte.

Quando as obras não necessitam apenas a força dos braços e uma enxada, e há gastos, estes são repartidos pelas 312 horas e cada um paga o total das suas horas/minutos. A última vez que realizaram obras que implicassem gastos, foi há três anos e foram despendidos 750 euros (150 contos em moeda antiga).

Está neste momento em curso a criação de uma Associação de proprietários de água, à imagem do que já existe em outras freguesias de Melgaço, com o intuito de candidatar esta levada a fundos comu-

nitários. O principal objetivo é a cimentação do rego de maneira a facilitar o escoamento e a reduzir os desperdícios de água.

Este regadio deu origem à construção de um moinho que o torna único a nível da freguesia e talvez do Concelho por se situar fora de um curso natural de água. Situado entre duas gargens junto à estrada (é a segunda construção do lugar em sentido Vila – Ameijoira) e apesar de já ninguém se recordar dos seus herdeiros ainda se encontra em óptimo estado por ter sido utilizado desde há alguns anos a esta parte como local de arrumo das máquinas usadas nas malhadas.

Este lugar que durante centenas de anos serviu de Inverneira, é já hoje, para algumas famílias, pouco numerosas e certo, uma residência fixa. Num futuro bem próximo, quando deixar de haver tanto gado (é uma tarefa complicada passar o Verão na Inverneira para quem temha vacas e ovelhas) este será um lugar habitado por numerosas famílias que deixarão de se deslocar para as *Brandas* dos Portos, Campelo e Rodeiro.

O abastecimento da água para o consumo diário da população (em Corveira, como em muitas outras aldeias da freguesia que não eram habitadas de Verão) será um problema de enorme importância devido à carência de nascentes nos arredores da povoação, à que as autoridades locais e regionais deveriam prestar mais atenção, realizando por exemplo um plano local de abastecimento adequado que, obedecendo às mais elementares regras de protecção ambiental e do ecossistema (as nascentes seculares não podem ser desviadas ou canalizadas com levandade), garantam uma satisfatória rede de água.

Sérgio Domingues
s.domingues@nmail.pt

¹ Andengues – Propriedade
² Eldo – Lugar



Memórias Paroquiais – 1758

No ano de 1758, dando cumprimento ao intento de organizar um *Dicionário Geográfico do Reino de Portugal* – começado a publicar dez anos antes e interrompido pelas sequelas nefastas do terramoto de 1755 – o P. Luís Cardoso elaborou um questionário, que percorreu todo o reino, até chegar às mais remotas freguesias da época. Esse questionário foi dividido em três partes – a primeira sobre a terra, a segunda sobre a sera e a terceira sobre o rio – constituindo as suas respostas um repositório documental de valor inestimável para o conhecimento do Portugal de meados de seicentos. Passado quase um quarto de milénio, continua a faltar uma obra de fundo e a publicação integral dessas *Memórias Paroquiais*, mas a elevada valia como fonte documental local fez com que muitos municípios organizassem a edição das suas próprias memórias. Como para Melgaço ainda não foi consumado tal projecto, as respostas manuscritas dos párocos de Lamas de Mouro e Castro Laboreiro continuam inéditas, a engrassar os pesados volumes arquivados na Torre do Tombo. Para objectar a essa contrariedade e para que todos tenham fácil acesso às *Memórias Paroquiais da Nossa Terra*, damos hoje à estampa a primeira parte, prometendo continuar nos próximos números.

O QUE SE PROCURA SABER DA TERRA É O SEGUINTE:

1. Em que província fica, a que bispado, comarca, termo e freguesia pertence?
2. Se é do rei, ou de donatário e quem o é ao presente?
3. Quantos vizinhos tem (e o número de pessoas)?
4. Se está situada em campina, vale ou monte e que povoações se descobrem daí e qual a distância?
5. Se tem termo seu, que lugares ou aldeias compreende, como se chamam e quantos vizinhos tem?
6. Se a paróquia está fora ou dentro do lugar e quantos lugares ou aldeias tem a freguesia todos pelos seus nomes?
7. Qual é o orago, quantos altares tem e de que santos, quantas naveas tem; se tem irmandades, quantas e de que santos?
8. Se o pároco é cura, vigário, reitor, prior ou abade e de que apresentação é e que renda tem?
9. Se tem beneficiados, quantos e que renda tem e quem os apresenta?
10. Se tem conventos e de que religiosos ou religiosas e quem são os seus padroeiros?
11. Se tem hospital, quem o administra e que renda tem?
12. Se tem casa de misericórdia e qual foi a sua origem e que renda tem; e o que houver notável em qualquer destas coisas?
13. Se tem algumas ermidas e de que santos e se estão dentro, ou fora do lugar e a quem pertencem?
14. Se acodem a elas romagem, sempre ou em alguns dias do ano e quais são estes?
15. Quais são os frutos da terra que os moradores recolhem em maior abundância?
16. Se tem juiz ordinário, etc., Câmara ou se está sujeita ao governo das justiças de outra terra e qual é esta?
17. Se é couto, cabeça de concelho, honra ou behetria?
18. Se há memória de que florescessem, ou dela saíssem alguns homens insignes por virtudes, letras ou armas?
19. Se tem feira e em que dias e quantos dura, se é franca ou cativa?
20. Se tem correio e em que dias da semana chega e parte; e se o não tem, de que correio se serve e quanto dista a terra aonde ele chega?

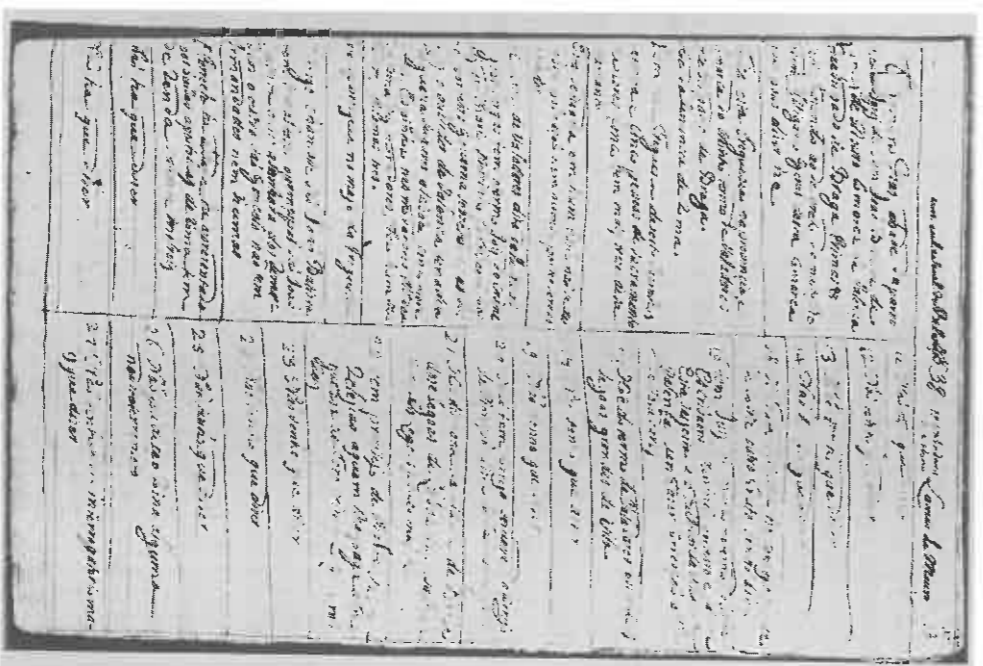
21. Quanto dista da cidade capital do bispado e de Lisboa capital do reino?
22. Se tem alguns privilégios, antiguidades, ou outras coisas dignas de memória?
23. Se há na terra ou perto dela alguma fonte, ou lagoa célebre e se as suas águas têm alguma especial qualidade?
24. Se for porto de mar, descreva-se o sítio que tem por arte ou por natureza, as embarcações que o frequentam e que pode admitir?
25. Se a terra for murada, diga-se a qualidade de seus muros; se for praça de armas, descreva-se a sua fortificação. Se há nela ou no seu distrito algum castelo ou torre antiga e em que estado se acha ao presente?
26. Se padeceu alguma ruína no terramoto de 1755 e em qué e se está reparado?
27. E tudo o mais que houver digno de memória, de que não faça menção o presente interrogatório.

1758, Maio, 22 - Lamas de Mouro

Memória Paroquial da freguesia de São João de Lamas de Mouro, escrita pelo seu abade Constantino Dias e confirmada pelo reitor de Castro Laboreiro, Inácio Ribeiro Marques, e pelo Cura de Cubalhão, Manuel Gonçalves.

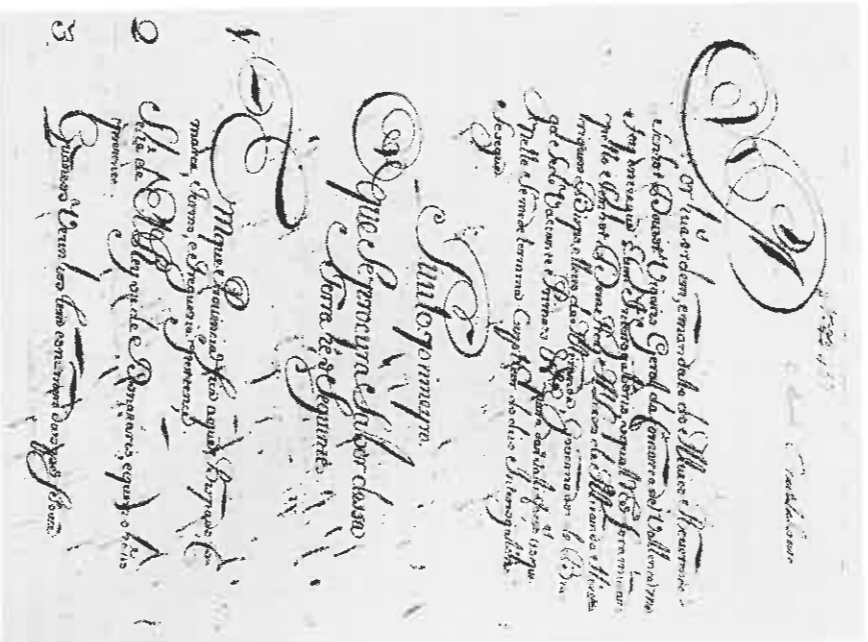
IAN/TT - Dicionário Geográfico do Reino de Portugal, Vol. 19, Memória n.º38, fls. 193-196.

- [Con]stantino Dias abade da parrochea[[Igreja] de Sam João Baptista de Lamas de Mouro Comarca de Valença Arcebispo de Braga Primas & satisfazendo ao decreto do muito Reveren[do] Vigário Geral desta Comarca o que posso dizer he
1. Fica esta Freguesia na provincia e comarca do Minho termo de Valadares Arcebispo de Braga.
 2. He da renuncia de Roma.
 3. Tem essa Freguesia desoito vezinhos carenta e cinco



- personas de sacramento menores cinco tem mais tresse de sacramento
4. Esta seturada em hum balle não se descobre poboação nenhuma por ter seras a redor
 5. He termo de Valadares di[[sta] della duas legoas largas tem o termo Joiz do crime Joiz ordinario Meirinho Escritbas no coall[[o] porteiro governa sobre todas as justiças o ouvidor de Valença tem a dita Freguesia lugares, alcobaça, cinco moradores, Espinhoso tres moradores Aldea de Cima seis moradores, Tezo hum morador, Aslamas tres.
 6. Esta a parro=quea no meio da Freguesia
 7. O orago chamasse São João Batista tem tres altares o principal São João batista outro a Senhora dos Remédios o outro São gonçalo não tem Irmandades nem hal[[as]
 8. O parrocho he abade he apresentado por bullas apostolicas de Roma tem de renda satenta mil reis
 9. Não ha que dizer
 10. Não ha que dizer
 11. Não ha que dizer
 12. Não tenho que dizer
 13. Não t[en]ho que dizer
 14. Não t[en]ho que dizer
 15. Os frutos da terra he centejo [Não] se recolhe outro fruto senão jimho
 16. tem Juiz ordinario no termo, do crime escribaons Meirinho porteiro e (...) esta sujeita a o ouvidor da Vila de Valença ven fazer correição a Vila de Valadares
 17. Hé do termo de Valadares dista duas legoas grandes da Vila
 18. Não tenho que dizer
 19. Não tenho que dizer
 20. Não tem correio servesse do correio de Monção dista della coatro legoas
 21. He distante da cidade de Braga doze legoas de Lisboa dista satenta e duas legoas grandes mais ou menos
 22. tem privilejo de Malta Sagrada Releijao aquem lhe paga a freguesia de foro trinta e cinco mil reis
 23. Não tenho que dizer
 24. Não tenho que dizer
 25. Não tenho que dizer
 26. Não padeeço ruina alguma no dito terremoto
 27. Não tenho dese interrogatorio mais que dizer
- 1758, Maio, 11 – Castro Laboreiro.**
Memória Paroquial da freguesia de Santa Maria de Castro Laboreiro, escrita pelo seu reitor Inácio Ribeiro Marques e confirmada pelo Cura de Cubalhão Manuel Gonçalves e pelo Abade de Lamas de Mouro Constantino Dias.
- IAN/TT - Dicionário Geográfico do Reino de Portugal, Vol. 12, Memória n.º457, fls. 3157-3182.
- Aoprimeiro artigo do interrogatório respondo que esta freguezia de Santa Maria de Crasto Laboreyro hé da Prouincia do Minho Comarca de Vallença, Arcebispo de Braga Primas das Hespanhas
- Ao segundo artigo do interrogatório (sic) titulo primeiro respondo que esta terra hé de El Rey Nosso Senhor. Que Deos guarde.
- Ao tereyro artigo do interrogatório respondo que esta freguezia tem quatro centos e nouenta e dous vezinhos, com bem a saber segundo o estillo do rol dous confessados fogos interiores duzentos e nouenta e hum e meyo fogos duzentos e hum que fazem a quantia de quatro centos e nouenta e dous vezinhos, e o numero das pessoas são mil e coatro centos e dose.

Ao quarto artigo do interrogatório respondo, que esta terra, ainda que hê villa esta situada entre montes, e outeyros, descobrese della Lindozo, que dista duas legoas, a Villa de Soajo, que dista tambem duas legoas, a Villa de Monção, que dista tres legoas, o termo de Valladares, que dista hua legoa o couro de Fiaês, que dista meya legoa, e para a parte de Galiza Santa Maria do Pau, São Pedro da Torre, Ponte da Eua São João de Cespos São Pedro de Leirado, Banguexes, Santa Maria de Leirado, Corbenhe, Bande, que hê priorado, a Franga, vigairaria que apresenta hum Conde de Espanha, Sam Gens, Grou, Entrimo, que são freguezias que circulaõ esta, e alem das mencionadas se descobrem outras muitas mais freguezias do Bispaado de Orense, que ficão distando desta dita freguezia catorze para quinze legoas, e para a parte alem do Minho se descobrem muitas mais terras, como hê a cidade de Tuy, que dista sete legoas, Salvalerra, que dista desta coatro legoas, e muitas mais freguezias do dito Bispaado de Tuy, que concorrem pela mesma parte alem do Minho, athe de fronte da Villa de Melgaço e outras mais freguezias dahi para cima do Reyno de galiza, e todo o



ribeiro de avia, que dista deste sítio seis legoas, e ainda dahi para cima se descobrem outras mais terras com distancia de honze legoas pouco mais ou menos.

Ao quinto artigo do interrogatório respondo, que esta terra he concelho e termo sobre si tem pellas inverneiras, que hê prodonde os moradores desta freguezia andão pello rol da Igreja vinte e seis lugares, a saber Villa, Milhara, Lacerias, A de João Albo, Ramisqueira, Barreiro, Ponte do Barreyro, Podre, Assurreira, Lagoa, Doma, Entallada, Pontes, Marco, Meijoeira, Corbeyra, Bico, Queynheiras, Barziella, Cobello, Barzaa Travessa, Bido, Franqueira, Portelinha, Porto dos Cavalleyros, e Barandas que he adonde os dios moradores, custumão assistir no tempo de Verão, tem dezanove: a saber; Portos, Seara, Padrozouro, Eyras, Campello, Curral de Gonçallo, Tezo, Formarigo, Portella, Rodeiro, A do Freyre, Falagueyras, Queimadelo, Brancos, Coriscadas, Eyras Pazes, Antões, Perguntauro Bentozelo.

Ao sexto artigo do interrogatório respondo que esta parochia se acha situada nesta Villa de Crasto Laboreyro, e o mais que contem o artigo já no immediato a cima vay expressado.

Ao setimo artigo respondo, que o orago desta parochia he a Vestição de Santa Isabel cuja festividade se custuma celebrar em dous de Julho, altares tem tres

a saber, Altar Mor, e dous altares colletraes o altar mortem a Vezitição de Santa Isabel e Santa Maria, e o Menino Deos, em hum dos altares coletraes da parte esquerda tem Nossa Senhora do Rozario, e São José, e Santa Barbara, e da parte direita tem o Martir São Sebastião, e Santo António, Naves não há algua, não tem Irmadades, mais que hua das Almas, Confarias tem duas: a saber hua do Santíssimo Sacramento, e outra de Nossa Senhora do Rozario.

Ao oitavo artigo do interrogatorio respondo que este beneficio hê Reytoria de que sou Reytor, a Apresentaçãõ della hê da serenissima Caza de Bragança e a renda que tem de dizimos anda arendada em seiscentos e sincoenta mil reis digo em seiscentos e sincoenta e sinco mil reis, e eu tenho de congrua sabida quarenta mil reis pagos em dous quartreis: a saber vinte mil reis pello Natal, e vinte mil reis pello Sam João de cada hum anno e o mais hê já de Altar, que renderá hum anno por outro pouco mais, ou menos cento e sessenta mil reis.

Ao nono artigo do interrogatorio não tenho que responder.

Ao decimo artigo do interrogatorio nada.

Ao undecimo artigo do interrogatorio nada.

Ao duodecimo artigo do interrogatorio nada.

Ao decimo terceiro artigo do mesmo interrogatorio respondo, que esta Freguezia tem quatro Ermidas ou Capellas, a saber Nossa Senhora de Anamaõ, que se custuma celebrar a sua festividade em o dia oito de Setembro, Sam Bras, São Miguel Arcanjo, São Bento, e todas estas dentro dos lugares excepto a glia capella de Nossa senhora de Anamaõ e a de São Bras, e todas são da Freguesia.

Ao decimo quarto artigo do interrogatorio respondo, que a estas ernidas só acode gente de romagem em os dias que se fas a festa, e celebridade de seus oragos.

Ao decimo quinto artigo respondo, que os frutos, que os moradores desta terra recolhem em cada hum anno com abundancia hê somente centeyo.

Ao decimo sexto artigo do interrogatorio respondo que esta terra tem Juiz ordinario e dos orphaõs, e Camera, e Juiz Capitão, e esta somente sogeita ao guouerno do Doutor Ouvidor da Villa de Barcellos.

Ao decimo setimo artigo do interrogatorio respondo, que esta terra he cabeça de conselho sobre si: pois senão compoem de mais Freguezias.

Ao decimo oitavo artigo do interrogatorio nada.

Ao decimo nono artigo do interrogatorio respondo que tem feiras, que principiãõ em quinze de Mayo, athe o dia ultimo dia do mes de Outubro e se custumão estas fazer em quinze do mes e em o ultimo dia do mesmo mes; e he somente de hum dia, porem franca.

Ao uigezimo artigo do interrogatorio respondo, que não tem correyo proprio esta terra por quanto se serve do correio da Villa de melgaço, que dista desta mesma terra, duas legoas e custumão as cartas delle partir as que vão de hai para outraparte na Quarta feira, e as cartas que uem para esta terra, e mais partes, custumão chegar na mesma Quarta feira a noute.

Ao uigezimo primeiro artigo do interrogatorio respondo, que esta terra dista da cidade capital do Arcebispado, que hê Braga doze legoas e da cidade de Lisboa capital do reino setenta e duas legoas pouco mais ou menos.

Ao uigezimo secundo artigo do interrogatorio respondo, que este conselho de Crasto Laboreyro tem Privilegios, em que nelles os Senhores Rey's destes Reynos fizeraõ merces aos moradores delle para serem izentos de pagarem pedidos, ou peitas, que por elles fossem lançados, e juntamente no destrito deste dito concelho senão fizessem nem façãõ soldados pagos nem auxiliares attendendo aos serviços que os mesmos moradores lhê tinhão feito defendendo(sic) a raya seca, que confina com os Gallegos do reino de Galiza.

Ao uigezimo terceiro artigo do interrogatorio nada

Ao uigezimo quarto artigo nada.

Ao uigezimo quinto artigo do interrogatorio respondo que esta terra não hê murada, nem hê praça de armas somente tem hum castello antiquissimo e se achão as cazas que dentro em si tem adonde habitauõ os soldados, e o guouernador do mesmo todas aruinadas e sem portas, e tambem se acha aruinada parte da muradha do dito Castello.

Ao uigezimo sexto artigo do interrogatorio nada.

Ao uigezimo setimo artigo do primeiro titulo do interrogatorio respondo que não há nada digno de memoria.

José Domingues

joaopedro@terra.com.br

PAULO LOUÇÃO COM O NEP-MONTES LABOREIRO

No passado dia 18 de Julho, Paulo Loução esteve com o Núcleo de Estudos e Pesquisa dos Montes Laboreiro à descoberta de outros símbolos, tradições e lugares do seu 'Portugal Mítico'.

O Dr. Paulo Alexandre Loução é director do Projecto Êsquilo, no âmbito do qual concebeu e dirigiu o projecto multimédia editado em suporte CD-Rom, *Descobrimientos Portugueses*. Tem escrito artigos e ensaios nas mais diversas áreas, desde a Ecologia, Filosofia, Esoterismo, História de Portugal e Antropologia do Imaginário. Mas a sua obra de maior fôlego é, sem dúvida, a tetralogia «*Portugal Esotérico*»:

- Os Templários Na Formação De Portugal.
- Portugal – Terra De Mistérios.
- A Alma Secreta de Portugal.
- Dos Templários à Nova Demanda do Graal.



UM CRASTEJO NA GUERRA DO ULTRAMAR

O NEP dos Montes Laboreiro apresenta no dia 14 de Agosto às 11 horas da manhã, no lugar da Vila, o livro: "Uma campanha na Guiné" do Dr. Manuel Domingues, com a presença do autor.



CÃO CASTRO LABOREIRO VS APOCALIPSE CULTURAL ESTUDOS GENÉTICOS VS ESPERANÇA DE FUTURO

Ficha Técnica
Propriedade
Núcleo de Estudos
e Pesquisa dos
Montes Laboreiro

Direcção
José Domingues
Américo Rodrigues

**Direcção
Comercial**
Paulo Azevedo
Sérgio Domingues

**Colaboram
nesta edição**

Manuel Domingues
Pedro Santa Rita
Ángel Rodríguez
Gallardo

Impressão
Humberto
Artes Gráficas, Lda.
Rua do Freixo, 643
4300-215 PORTO

Depósito Legal
N.º 206591/04

Contatos

À redacção de:
Porto dos Cavalheiros
4960-061
Castro Laboreiro
portocavaleros@hotmail.com

lhoramento da “raça”, isto com a pretensão de maior valorização comercial dos exemplares e das ninhadas.

Para quem conhece os bastidores da canicultura e da raça os RIs/LOPs, em geral, são apenas uma máscara para se valorizar comercialmente os exemplares pois não revelam uma valorização real e efectiva da qualidade genética genérica para a raça, por outro lado abre as portas ao mundo do espectáculo através das exposições de beleza, as quais tanto têm contribuído para a degeneração de muitas raças pela ignorância técnica e pelo obsessão e miragem de fama e benefícios económicos pessoais momentâneos.

A maioria das raças caninas actuais tem uma origem recente, os seus fundadores foram retirados de grupos de cães diversos e de diversas áreas geográficas. A troca de genes entre estes “novos grupos” foi substancial a observar pelas centenas de raças oficiais (mais de 400 raças actualmente) e também confirmado pelos resultados recentes de um estudo mundial envolvendo centenas de amostras de cães de 85 raças e vários “raças” de lobos, publicado na revista científica Science. Esse trabalho pretendeu estudar e caracterizar as raças e também conhecer o seu percurso filogenético desmistificando muitos mitos e falsas anti-guidades.

Historicamente, os cães acompanharam os movimentos das populações humanas, reproduzindo-se entre si e por ditames da selec-

ção natural e pelo vigor das hormonas, só “recentemente”, com o advento das modernas práticas de canicultura, é que as raças pretendem ser “grupos genéticamente isolados” para se atingir um elevado grau de uniformidade morfológica e comportamental. Estes objectivos são obtidos por meio de técnicas de selecção artificial baseadas no “in-breeding”, “line-breeding” e “out-cross”.

Por curiosidade; estima-se que a domesticação terá ocorrido há mais de 10,000 anos, a 1ª exposição canina conhecida mundialmente ocorreu em 1859 e o 1º clube canino e livro de origens surgiu em 1873, por outro lado as primeiras raças a serem oficializadas foram raças de caça de interesse para os “nobres”, raças para desporto e lazer, as raças de cães de pastores e de guarda foram genericamente as ultimas a serem reconhecidas pois eram raças de “pobres” e trabalhadores o mesmo se passou na sua utilização e representação artística historicamente.

Para mim é lamentável comprovar o actual desinteresse e alheamento de colaboração e apoio de instituições teoricamente responsáveis como o CPC e CCCL, nestas iniciativas de procura de conhecimento e soluções de gestão dos nossos recursos genéticos.

O Cão Castrejo apesar de ter sempre sido o “patinho feio” da canicultura Portuguesa é hoje oficialmente uma jóia da coroa nacional.

Destes estudos inovadores e resultados surpreendentes urge um

novo empenho (por parte de proprietários e criadores) e novos apoios por parte de entidades e organismos para se tirar o

C. Laboreiro) e outra aparentemente um sucesso da canicultura portuguesa (o Serra da Estrela).



Cão de Castro Laboreiro do estado de perigo, o trabalho não é pequeno mas haja vontade. O futuro da canicultura anseia por novas ferramentas e novas abordagens, e as novas tecnologias de comunicação e a biotecnologia são sem dúvida a chave para a canicultura de amanhã.

Comparamos duas das raças “mais antigas” de Portugal, que fizeram parte do estudo acima referido, uma raça com pouco valor comercial e interesse (o

Noções e conceitos:
Raça pretende definir um grupo de indivíduos separados artificialmente, mas descendentes de um ancestral ou grupo comum e seleccionados por serem homogéneos em certas características.

Varietades definem grupos dentro de uma raça que são geralmente distintos entre si por algumas características. Ex. Serra da Estrela pêlo curto e pêlo comprido.

Pedro Santa Rita

Urbegás

LIGAÇÕES PARA GÁS NATURAL - REPARAÇÕES E ASSISTÊNCIA
SISTEMAS DE AQUECIMENTO - APARELHOS A GÁS
ESTUDOS E PROJECTOS - REDES DE GÁS

RUA DOS SAPATELOS, Nº 46-A
S. VICTOR - 4710-441 BRAGA
TEL. 253 257 777 / FAX. 253 257 776

Miradouro do Castelo
Restaurante Churrasqueira
www.miradourodocastelo.com

Actividades de Lazer Turismo Rural
Vila - 4960/061 Castro Laboreiro
Tel/Fax: 251 465 469 Telm: 939 579 439

HOTEL TURISMO BRAGA *** HOTEL CARANDÁ ******
NO CENTRO DA CIDADE DE BRAGA

Reservas: Tef.: 253 206 000 * Fax.: 253 206 010
www.hotelismobraga.com * www.hotelcarandá.com